



SAÚDE E DEFESA
DE DIREITOS:

**UMA CARTOGRAFIA
DOS TERRITÓRIOS
POPULARES DO
RIO DE JANEIRO**

IMPRESSÃO

GRAFITTO

GRÁFICA E EDITORA LTDA

TIRAGEM

250

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Taiane Brito

PRODUÇÃO DO MAPA

Taiane Brito

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

FASE RJ

Aercio Barbosa de Oliveira

Bruno Alves de França

Caroline dos Santos Santana

Clara de Lima Nascimento

ESTAGIÁRIAS

Élida Ferreira da Silva

Karen de Souza Dutra

REVISÃO

Bruno Alves de França

Caroline dos Santos Santana

Clara de Lima Nascimento



Rede de Defensores
de Direitos Humanos
e Promoção da Saúde
no Estado do RJ



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação de Cooperação Social

TEXTOS

Ana Carolina Felix de Souza

Aercio Barbosa de Oliveira

Agatha Tariga

Ana Caroline Cosme Silva

Artur Torres

Bruno Alves de França

Caroline dos Santos Santana

Cátia Regina da Silva Santos

Clara de Lima Nascimento

Danielle Souza de Oliveira

Dejany Ferreira dos Santos

Elivanda Canuto de Sousa

Felipe de Sousa - Nyl MC

Fernanda Duarte

Fran Areie

Gabriel Lima Simões

Garry Ulysse

Gilza Rosa Moraes dos Santos

Gleison de Souza Mattos Machado

Joaquim Pery Antonio Júnior

Juliana de Medeiros Diniz

Júlio Cesar da Silva Oliveira

Lais Silva Mariano

Leona Mercês Ribeiro

Luiz Carlos da Silva - Sangodolá

Maria Aparecida Pereira Salerno

Marilena Ribeiro Caldas Nascimento

Nilzete Carolini A. da S. - Carol da Providência

Pablo Marques da Silva

Penha da Silva Souza Xavier

Renata Aguiar dos Santos

Zileide Pereira Lopes dos Reis

Wylbert Luiz da Silva Pereira

FOTOGRAFIAS

ARQUIVO PESSOAL/FASE RJ/FIOCRUZ

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Coordenação de Cooperação Social

José Leonídio Madureira de Sousa Santos

Coordenação Geral

Dejany Ferreira dos Santos

Gabriel Lima Simões

Coordenação de Serviço Social

Joaquim Pery Antonio Júnior

Coordenação de Articulação Institucional

Roberto Pedro Krukoski de Azevedo Gevaerd

Relatoria

Ana Carolina Felix de Souza

Gleison de Souza Mattos Machado

Monitoria de Psicologia

Elivanda Canuto de Sousa

Laís Silva Mariano

Monitoria de Serviço Social

Zileide Pereira Lopes dos Reis

Mobilização Social

Wylbert Luiz da Silva Pereira

Comunicação

Luiza Gomes Henriques

Apoio Estratégico

Mônica Cunha

Fernanda Duarte

Luiz Carlos Ogró

Laís Mariano

le Souza de Oliveira

Eduardo Sousa

Renata Aguiar

Luiz Carlos Ogró

Maria Apareci...

Artur Tor...



de Sousa



Casa Comum



Artur Torres



garry Ulyesse



marilena Nascimento



Fran Areie



Zileide Reis



Leana mercês



ana Carolina Felix de



Gleison



Gilza Rosa Moraes do...



Maria Aparecida



Cátia Regina da Silva Santos



Renata Aguiar



Dejany Ferreira dos Santos



Dejany Ferreira dos Santos



Dejany Ferreira dos Santos



marilena nascimento



Cátia Regina da Silva Sa...



Pery Júnior



garry Uly...



garry Uly...



Zileide R...



Ana Carolina Felix de Souza



Vanda Canuto



Fernand...



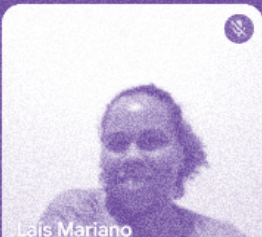
Carol Linda d...



Nyl de Sousa



Juliana Medeiros



Lais Mariano



Gilza Rosa Mo...

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO___8

POR QUE CARTOGRAFIAR?___11

PERCURSO METODOLÓGICO___15

**AS LUTAS SOCIAIS E O DIREITO
À VIDA DIGNA___26**

**LUTAS E MOBILIZAÇÕES
POR DIREITOS___40**

TRABALHO DIGNO___42

EDUCAÇÃO___50

SAÚDE___58

VIOLÊNCIA___64

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS___70

**RELAÇÕES DE GÊNERO
E POPULAÇÕES LGBTQIA+___82**

MORADIA___92

**POSSIBILIDADE DE TRABALHOS
EM REDES ENTRE OS
DEFENSORES___96**

APRESENTAÇÃO

A ELABORAÇÃO DESTA CARTOGRAFIA SOCIAL É PARTE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PROJETO “REDE DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO RJ”. ESTE TEM O OBJETIVO GERAL DE FORTALECER AS AÇÕES DE DEFENSORES POPULARES DE DIREITOS HUMANOS E IDENTIFICAR AS INIQUIDADES SOCIAIS EM SAÚDE RELACIONADAS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NAS FAVELAS E PERIFERIAS DO ESTADO, FORMAR LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, AMPLIAR E FORTALECER O TRABALHO EM REDE E INSTITUIR UMA REDE DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.



Financiado por recursos de emenda parlamentar, o projeto é coordenado por uma equipe colegiada que inclui a Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz e ativistas com experiência de atuação junto à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

As defensoras e os defensores são selecionada(o)s a partir de uma chamada pública para compor uma turma de formação com 20 participantes. Na primeira etapa do projeto, são realizados encontros presenciais e virtuais para acompanhamento do grupo. Além das oficinas temáticas, temos também parceria com a Universidade Resistência e Direitos Humanos (URDIR-UERJ), a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, a Ouvidoria da Defensoria Pública-RJ, e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE RJ), organização da sociedade civil responsável pelas oficinas de construção da cartografia social.

A Coordenação de Cooperação Social faz a conexão com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e o poder público para desenvolver estratégias e programas que contribuam para o enfrentamento e a redução das desigualdades e iniquidades sociais em saúde. Dessa forma, a Cooperação Social cumpre sua missão institucional ao desenvolver uma série de ações em escala local, regional e nacional visando influenciar políticas públicas para promover territórios sustentáveis e saudáveis. A Cooperação Social da Fiocruz utiliza metodologias participativas no campo da pesquisa e formação para fortalecer a sociedade civil organizada, ampliando suas capacidades de análise, mobilização, proposição e controle social de



políticas públicas. Para isso, ela se articula em rede com as Unidades Técnico-Científicas da Fiocruz, atores sociais do território, instituições públicas como universidades, secretarias de estado, instituições de fomento e pesquisa, além de organismos internacionais.

A luta política dos defensores e defensoras dos direitos humanos assume diferentes características e peculiaridades conforme o território onde ela acontece. No estado do Rio de Janeiro, essa luta se manifesta contra diversas violações perpetradas pelo próprio Estado e em prol de movimentos antirracistas, familiares de vítimas de violência, de mulheres, LGBTQIA+, ecossocialistas, do direito à terra, à moradia digna, à saúde ampliada, à educação, à preservação do meio ambiente e pelos direitos sociais mais básicos. Essas lutas são frequentemente associadas à esquerda política partidária, porém deveriam ser de todas as pessoas que querem viver em uma sociedade mais equânime.

O cotidiano dos defensores e defensoras dos direitos humanos é impactado por diversos fatores sociais, culturais, étnico-raciais, econômicos, psicológicos, territoriais e de trabalho, todos relacionados aos Determinantes Sociais da Saúde. Esses fatores afetam a condição de saúde física e mental das pessoas. A partir disso, é necessário um mecanismo que possibilite a escuta e o acolhimento, permitindo aos defensores do Projeto refletirem sobre suas vidas pessoais e militantes além dos Encontros e Oficinas. Dessa forma, a equipe da URDIR realiza a escuta das defensoras e defensores nos grupos de acolhimento do projeto, promovendo o fortalecimento em grupo e a compreensão ontológica de que, enquanto seres sociais, podemos nos fortalecer através do cuidado coletivo em saúde mental, compartilhando experiências e vivências que permeiam nossas trajetórias pessoais e coletivas.

É neste contexto que esta cartografia foi produzida. O seu objetivo é registrar e dar publicidade às diferentes experiências dos 20 defensores e defensoras de direitos humanos que participaram dessa turma de formação e desde então têm atuado em rede. Essa experiência é mais uma demonstração da vitalidade e diversidade das lutas sociais nos territórios do estado do Rio de Janeiro.

POR QUE CARTOGRAFAR?

DURANTE MUITO TEMPO, CARTOGRAFAR, O ATO DE CRIAR MAPAS, FOI SINÔNIMO DE DOMINAÇÃO E UM CONHECIMENTO RESTRITO A UM NÚMERO PEQUENO DE “PROFISSIONAIS”. SERVIU A CONQUISTADORES, MILITARES E IMPÉRIOS. UMA FERRAMENTA DE PODER USADA PARA OCUPAR, CONTROLAR E EXPLORAR. MAS, DE UNS TEMPOS PRA CÁ, ESSA LÓGICA VEM SENDO ALTERADA.

HOJE, CARTOGRAFAR É TAMBÉM UM ATO DE RESISTÊNCIA.

Nas periferias, nas comunidades ribeirinhas, nos becos, nas florestas, nas favelas e nos sertões, surgem novas formas de mapear a vida. Grupos sociais diversos passaram a construir suas próprias cartografias para contar histórias, valorizar culturas, registrar conquistas e, principalmente, denunciar o que o Estado insiste em não ver. É por meio dessas cartografias que se torna visível o que sempre foi invisibilizado: violações de direitos, violências cotidianas, espaços de resistência e redes de solidariedade.

Muita gente, mesmo sem nomear assim, já cartografa há tempos. Defensoras e defensores de direitos humanos fazem isso no dia a dia quando tentam entender os territórios onde atuam, onde encontrar apoio, por onde circular, onde o risco aumenta, onde se pode fazer incidência. Essa prática cotidiana, intuitiva e sensível, é parte fundamental da luta. Quando adicionado método, ferramentas, intenção e participação coletiva, ela se potencializa e se transforma em cartografia social. Vira ferramenta política, pedagógica, afetiva e estratégica.

É aí que entra a necessidade de “redescartografar”. Ou seja, repensar a cartografia para além dos mapas geométricos ou das técnicas frias. Redescartografar é descolonizar os olhares, romper com a ideia de que só o conhecimento acadêmico ou institucionalizado é válido. É valorizar os saberes situados, os que nascem da experiência, da memória, do chão pisado. É olhar de novo para o mundo, com outras lentes, outras mãos, outro tempo. É reconhecer que cada rua tem uma história, cada viela guarda um trauma e uma potência. É recusar o apagamento dos mapas oficiais e propor novas formas de reinterpretar e narrar a realidade.

Nesse caminho, a cartografia social se afirma como método. Não um método rígido, mas processual. Um modo de construir conhecimento com as pessoas, e não apenas sobre elas. Um percurso que envolve escuta, troca, disputa de sentidos, elaboração coletiva. Um tempo dedicado ao reconhecimento de si e do outro. E que levanta perguntas fundamentais: quem nomeia o território? O que permanece oculto? O que precisa ser revelado? E, mais importante, quem está junto nessa travessia?

Por isso, não há um único jeito de cartografar. Nem um só motivo. Há quem o faça para exigir direitos, pressionar o Estado por políticas públicas, denunciar violências e violações. Há quem cartografe para visibilizar conquistas, fortalecer coletivos e redes locais, celebrar modos de vida. E há quem transforme em mapa tudo aquilo que sempre foi silenciado.

Ao longo dessas práticas, emerge algo essencial: a possibilidade de esperar. Não como ilusão otimista, mas como gesto político. Em tempos de esgotamento dos vínculos sociais e da corrosão do sentido coletivo, esperar é uma forma de reencantar o mundo. A cartografia social torna-se um espaço de reconstrução de imaginários, de restauração de vínculos, de invenção de futuros possíveis.

Nesse contexto, o conceito de solidariedade ganha densidade política. Constrói-se na escuta e no reconhecimento das dores como experiências compartilhadas. Ao reunir pessoas em torno da elaboração de seus próprios territórios, a cartografia promove o encontro, que é o que sustenta qualquer possibilidade de transformação. Ela nos convida a

deixar o lugar de espectadores para nos tornarmos coautores da realidade. Nas experiências da economia popular e solidária, por exemplo, vemos cartografias que indicam onde se planta, onde se colhe, onde se compartilha. Mapas de agroecologia, de água limpa, de comida de verdade. Práticas que denunciam destruições, mas também anunciam alternativas. Reflorestamentos, revitalizações, economias locais que florescem. Onde o Estado se ausenta, o comum resiste.

Há ainda uma dimensão profunda, muitas vezes esquecida, que a cartografia ajuda a recuperar: a simbólica, subjetiva. Porque cartografar também é mexer com afetos. É recontar memórias, reorganizar sentidos, refazer caminhos atravessados por traumas e lutas. Há uma potência política e pedagógica nesse ato de (re)nomear lugares, dores e afetos. Mapear não é apenas apontar num papel. É olhar para si com os olhos do coletivo.



E ao mesmo tempo em que olha para o micro, o detalhe, o cotidiano, a cartografia aponta para o macro. É a micropolítica se fazendo visível. É uma forma de gritar que estamos aqui, que existimos, que resistimos. Por isso, a cartografia social desafia os métodos tradicionais. Exige ousadia. Convida movimentos sociais, coletivos, grupos, organizações e partidos a atualizarem suas formas de luta e a olharem com atenção para aquilo que escapa aos grandes diagnósticos, o que está fora dos mapas oficiais, dos cadastros, das estatísticas.

Ela amplia e tensiona os debates e agendas. Escancara as iniquidades nas políticas de saúde, no acesso ao trabalho e à educação, na segurança pública, nas relações de gênero, sexualidade e raça. A escola que não acolhe. O posto de saúde que não atende. O trabalho que não valoriza. O transporte que não chega. A violência que atinge sempre os mesmos corpos. O bairro que não é visto. Tudo isso está nos mapas que a cartografia social pode e deve reconstruir, não para ilustrar, mas para transformar. Cartografar é também denunciar que o racismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia, a xenofobia e o capacitismo seguem sendo forças estruturantes da desigualdade.

Num tempo em que a fragmentação e o simulacro ocupam o centro da cena, a cartografia nos devolve o valor da escuta profunda e da (re)construção coletiva. Não apenas mostra o mundo, mas o reorganiza e nos reorganiza com ele. Enquanto muitos tentam reduzir tudo a dados, índices e algoritmos, ela insiste em lidar com o que não cabe em uma planilha: o afeto, a dor, a memória, a esperança. Também as redes invisíveis de cuidado, as cozinhas comunitárias, os mutirões de saúde, as rodas de conversa, as práticas ancestrais de resistência.

Por fim, cartografar é mais do que mapear. É reunir vozes, organizar memórias, construir sentidos coletivos em tempos de desintegração. É afirmar que, mesmo diante de tantas perdas, seguimos criando. Seguimos sonhando. Seguimos lutando. Que seguimos e seguiremos.

PERCURSO METODOLÓGICO

ESTA CARTOGRAFIA SOCIAL É FRUTO DE SEIS OFICINAS (DE 3 HORAS CADA) COM 20 DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS INTEGRANTES DO PROJETO “REDE DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO”, ENTRE OS MESES DE ABRIL E JUNHO DE 2025, NAS DEPENDÊNCIAS DA FIOCRUZ – CAMPUS MANGUINHOS, SOB A COORDENAÇÃO DA FASE RJ E DA EQUIPE DA COOPERAÇÃO SOCIAL DA FIOCRUZ.

A proposta metodológica teve como base os princípios da educação popular, com o objetivo de construir um conhecimento coletivo a partir das diversas vivências de cada participante, seus territórios e atuações em defesa dos direitos humanos, utilizando instrumentos que dialogam com a comunicação popular, a valorização de saberes tradicionais e populares, a análise crítica da realidade e das ações coletivas.

A Cartografia Social, enquanto instrumento político e pedagógico, compreende os territórios não apenas como espaços físicos, mas também simbólicos e afetivos em que as relações de poder, as desigualdades e resistências são tecidas cotidianamente. Nessa experiência, foram destacadas as agendas de moradia, relações de gênero e populações LGBTQIA+, relações étnico-raciais, violência, saúde, educação e trabalho digno.

Na construção da cartografia social, as oficinas foram organizadas em rodas de diálogo, com dinâmicas em grupos e debates coletivos. Nesse processo, algumas ferramentas foram utilizadas: registros em áudio, fotografias, músicas, poemas, construção de mapas colaborativos, cartazes produzidos pela turma e perguntas mobilizadoras. Além disso, as respostas aos formulários enviados durante o processo contribuíram para sistematização das informações coletadas e forma de apreensão coletiva das realidades vividas. Assim, os caminhos metodológicos para construção da cartografia social se deram de forma processual e cumulativa, que permitiram o (re)conhecimento das e dos defensores e defensoras de direitos humanos, de seus territórios e agendas de luta.

OFICINA 1

26 DE ABRIL DE 2025

No período da manhã, a primeira oficina iniciou com a apresentação do histórico de atuação da FASE, os princípios e as causas que orientam o trabalho da organização. Em seguida, foram apresentados o cronograma, os conteúdos e objetivos das seis oficinas, além de serem construídos coletivamente os pactos de orientação para todos os encontros, sendo eles:

TEMPO: respeito aos horários de início e término das atividades;

RESPEITO AO TEMPO DO OUTRO: garantir uma boa gestão do seu tempo de fala, previamente combinado em cada dinâmica, para assegurar a participação de cada defensor/a;

RESPEITO ÀS DIFERENÇAS: reconhecer as diferentes perspectivas, saber ouvir e fazer críticas de maneira respeitosa;

PARTICIPAÇÃO ATIVA: as oficinas de cartografia social dependem do envolvimento do grupo e troca de experiências, histórias e saberes;

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CONHECIMENTO: a FASE possui o papel de condução das oficinas e a turma é responsável por contribuir para a construção da cartografia social.

Para promover a interação entre as pessoas participantes, foi realizada uma dinâmica de apresentação, com metodologia dividida em duas etapas. Primeiro, foi disponibilizado previamente um formulário online para que cada participante respondesse às seguintes questões: nome; pronome de tratamento; movimento, coletivo ou grupo que faz parte; agendas de atuação; território de moradia; território de atuação; foto de apresentação da pessoa e de sua atuação. Com base nessas informações, a equipe da FASE preparou uma apresentação que foi exibida durante a oficina e, na sequência, cada participante se apresentou de forma livre, em até 5 minutos, complementando e destacando aspectos importantes da sua trajetória pessoal e de luta.



FORMULÁRIO DE
APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO
DOS PERFIS DE
CADA DEFENSORA
E DEFENSOR DE
DIREITOS HUMANOS

OFICINAS 2 E 3

10 DE MAIO DE 2025

A segunda oficina, no período da manhã, teve como objetivo a introdução do conceito e possibilidades metodológicas da cartografia social. A partir da questão “Para que fazer Cartografia Social?” foram apresentadas as características fundamentais, os modos de fazer e as finalidades dessa ferramenta política. Nesse momento, também foram trazidas as edições anteriores de Cartografia Social da Rede de Defensores de Direitos Humanos e exemplares produzidos pela FASE em outros processos cartográficos.

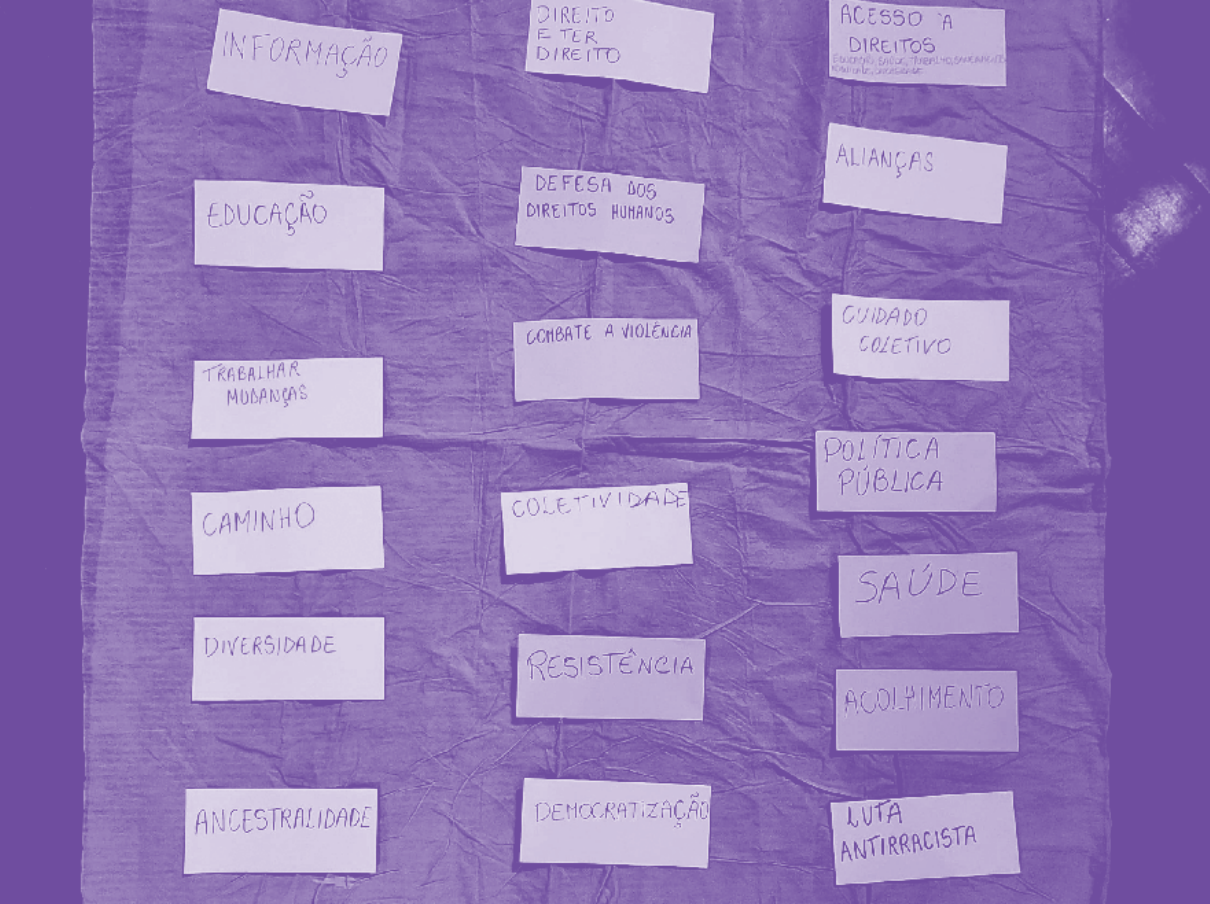
Após a apresentação, as Defensoras e Defensores de Direitos Humanos foram instados, a partir da pergunta mobilizadora “O que queremos desta cartografia?”, a construir coletivamente sentidos e conteúdos da cartografia em elaboração. As respostas foram sistematizadas em tarjetas para validação do grupo.





APRESENTAÇÃO
CARTOGRAFIA SOCIAL

Na parte da tarde, ocorreu a terceira oficina. Os materiais necessários para a discussão foram enviados antecipadamente: dois poemas - “Tecendo a Manhã”, do poeta e escritor pernambucano João Cabral de Melo Neto, e “Canção Óbvia”, do educador popular Paulo Freire - e um vídeo apresentando a experiência de atuação territorial de um jovem periférico. A partir da pergunta mobilizadora “Com base nas reflexões de cada defensora e defensor de direitos humanos do grupo, quais são os pontos em comum e os complementares entre suas atuações para a construção coletiva de um outro território, cidade, país ou mundo?”, foram organizados 4 grupos para fomentar as discussões, considerando os materiais enviados e a identificação de pontos em comum e/ou conexões entre cada atuação. No retorno, os grupos apresentaram as suas reflexões e o debate se concentrou no contexto sociopolítico atual, com destaque para as dificuldades enfrentadas na articulação diante da pluralidade organizativa e de agendas. As considerações foram sistematizadas em tarjetas.



Na conclusão da oficina, o grupo foi provocado a refletir, em uma palavra, sobre quais mundos a turma de defensoras e defensores de direitos humanos contribui para a construção de forma coletiva. Da síntese, foram apresentados os seguintes mundos:





VÍDEO



CANÇÃO ÓBVIA



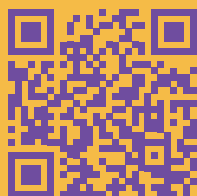
TECENDO A MANHÃ

OFICINA 4

24 DE MAIO DE 2025

A quarta oficina teve o período da manhã para reflexão sobre as atividades desenvolvidas por cada Defensora e Defensor de Direitos Humanos e a delimitação da sua agenda de atuação principal. As informações foram coletadas por meio de formulário online previamente enviado, considerando as seguintes questões: iniquidades que atravessam o território e motivam a atuação; o que a atuação fortalece no território; principais aliados e adversários; principais dificuldades/ameaças; as possibilidade para fortalecimento das ações desenvolvidas; redes que a atuação constrói ou pode construir com outros grupos/coletivos.

As informações compartilhadas foram georreferenciadas com uso da ferramenta Google Earth, o que possibilitou a visualização territorializada e conectada das atuações, além de proporcionar o aprofundamento sobre a atuação e o perfil de cada Defensor/a. Na ocasião as informações foram validadas e foi possível confirmar as agendas estabelecidas para construção da cartografia e registrar as redes e coalizões que integram ou estão em curso.



FORMULÁRIO
"REFLETINDO SOBRE
O QUE FAZEMOS"



MAPA NO
"GOOGLE EARTH"



APRESENTAÇÃO
(PROCESSO
PRELIMINAR)

OFICINAS 5 E 6

14 DE JUNHO DE 2025

A partir do conjunto de informações coletadas durante os 4 encontros, foi definido um formato de apresentação das defensoras e defensores de direitos humanos, que deveria incluir: breve biografia, a agenda estabelecida, atuação desenvolvida, uma foto de apresentação da pessoa e uma de sua atuação. A equipe de educadores populares da FASE RJ ficou responsável pela sistematização dessas informações, em formato de texto, que compõem esta cartografia social.

Com esse conteúdo consolidado, a quinta oficina teve como tarefa a validação coletiva. A turma se dividiu em trios, compostos por integrantes de diferentes agendas, que fizeram uma leitura compartilhada dos textos de apresentação, verificando a necessidade de adequações ou complementações. Também foi proposto que durante o exercício de leitura fossem identificados o que havia em comum ou possibilidades de articulação entre as atuações de diferentes agendas.



Já à tarde, a sexta e última oficina foi dedicada a uma reflexão sobre os desafios e possibilidades de atuação territorial em rede e a avaliação do processo de construção da cartografia social em sua integralidade. No primeiro momento, foi realizada uma apresentação, pela equipe da FASE RJ, de um panorama das diferentes formas de organização em rede ao longo da história, as adaptações à realidade e os desafios que permanecem na atualidade. Em seguida, abriu-se para o debate em torno da pergunta mobilizadora: “Quais são os desafios encontrados hoje para a construção de vínculos e fortalecimento das atuações em rede?”. Por fim, para estimular a reflexão sobre as oficinas de construção da cartografia social, foi proposta uma dinâmica avaliativa baseada nas perguntas: “Que bom que...”, “Que pena que...” e “Que tal se...?”. Cada participante foi convidado/a a complementar essas frases, como forma de avaliação coletiva do processo vivenciado. Na finalização do encontro, foi feita a retomada do quadro-síntese construído na segunda oficina a partir da pergunta mobilizadora “O que queremos desta cartografia?”, para confirmação de que foram atendidas as expectativas do grupo sobre os elementos constituintes da cartografia social agora apresentada.



AS LUTAS SOCIAIS E O DIREITO À VIDA DIGNA

“[...] Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”¹

“Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro [...].”²

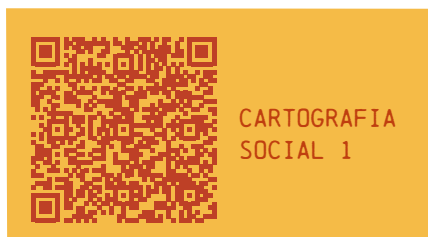
Uma cartografia social pode apresentar as diferentes formas de mobilização para criar ou defender direitos. A metodologia utilizada para a sua construção possibilita destacar agendas prioritárias, iniciativas que ajudam a consolidar ações de mobilização social em rede, de acordo com o interesse dos e das integrantes de coletivos e organizações envolvidas na produção. Do mesmo modo, se constitui como espaço para refletir sobre a prática social e as fontes causadoras de tantas violações em nosso país. Construída coletivamente, pode servir de instrumento de denúncia, mobilização ou de anúncio dos resultados positivos na peleja contra as opressões. Assim, chegamos à terceira cartografia social do projeto “Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do Rio de Janeiro”.

1 Artigo 1º da Declaração Universal de Direitos Humanos proclamada em 1948 na Assembléia Geral das Nações Unidas.

2 Trecho do poema “Tecendo a Manhã”, de João Cabral de Melo Neto.

Na **primeira cartografia social**, realizada em 2023, junto à primeira turma da Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do RJ, entre denúncias e anúncios refletimos sobre o funcionamento e as transformações do Estado dentro do capitalismo brasileiro. Considerando que o Estado, em princípio, com as instituições que o compõem, deveria assegurar a dignidade humana, uma sociedade justa e democrática. A função básica do Estado Moderno, em uma democracia liberal, é o de redistribuir a riqueza produzida pela sociedade, reduzir as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Propósitos que justificam a importância e efetividade dos sistemas político e de justiça, as políticas públicas setoriais e de proteção social. A história do século XX demonstra que executar políticas públicas é uma boa maneira para redistribuir a riqueza que milhares de pessoas produzem todos os dias em diferentes atividades.

O que predomina desde a década de 1970, no entanto, é a incapacidade progressiva do Estado de cumprir a função de redistribuir a riqueza, garantir direitos em todas as dimensões da vida. Essa transformação do funcionamento do Estado, no Brasil e em outros países, cria uma inversão. Se antes, ao menos em tese, o Estado deveria assegurar direitos, atualmente ele se torna, em muitas ocasiões, o principal violador e colabora para aprofundar as desigualdades. Relatório elaborado por uma instituição bancária³, no ano de 2025, aponta o Brasil com o maior número de milionários na América Latina, e o mais desigual entre os 52 analisados, o que mostra a nossa vergonhosa desigualdade socioeconômica.



3 Brasil lidera em número de milionários na América Latina, mas é o país mais desigual do mundo; veja ranking. G1, São Paulo, 20 jun. 2025. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/06/20/brasil-lidera-em-numero-de-milionarios-na-america-latina-mas-e-o-pais-mais-desigual-veja-ranking.ghtml>

Atualmente, o Estado mais parece um títere nas mãos das corporações industriais, financeiras, facções criminosas, corporações de tecnologias etc. A possibilidade de os interesses populares dirigidos ao bem-estar social serem incorporados às instituições do Estado brasileiro é bastante restrita. O que temos visto é a desconstrução das políticas públicas e a criação de leis que facilitam e aceleram a transferência do patrimônio público para corporações.

Na **segunda cartografia social**, realizada em 2024, junto à segunda turma da Rede de Defensores de Direitos Humanos se destacou os desafios da mobilização, as conquistas, retrocessos e dificuldades apresentadas em um momento em que o “mundo do trabalho” passa por transformações radicais, as redes sociais e plataformas digitais influenciam a forma das pessoas se manifestarem politicamente, de se informar, difundir informações e formar opinião. Os movimentos sociais assumem novos formatos organizativos e maneiras de incidir politicamente. Ampliou-se a agenda. Lutas de corte classista, cujos sindicatos tinham centralidade, junto com as lutas pela reprodução social, em que as associações de moradores ou de amigos de bairros⁴ exigiam urbanização nos territórios populares, perderam centralidade.

Esses dois tipos de mobilização, a “do chão da fábrica” e a por melhorias urbanas em bairros populares e favelas, intensas nas décadas de 1970 e 1980, passaram a coexistir com a emergência e o protagonismo de outras lutas. Temos uma diversidade de mobilizações: as das mulheres contra a opressão e a estrutura patriarcal, contra o racismo, as



CARTOGRAFIA
SOCIAL 2



4. ORIGEM E TRAJETÓRIA
DO MOVIMENTO AMIGOS DE
BAIRROS EM NOVA IGUAÇU,
PERCIVAL TAVARES

socioambientais, contra a transfobia, contra a homofobia, as de afirmação de gênero, as do abolicionismo penal, pela saúde plena, em defesa da agroecologia e da agricultura urbana, contra o fundamentalismo religioso, pela saúde mental e reforma psiquiátrica, das juventudes, da cultura e educação. Esse pluralismo da agenda política não significa que os embates do mundo do trabalho e das lutas por moradia e infraestrutura urbana nas cidades tenham deixado de existir. Ocorre que a reestruturação produtiva, o avanço da tecnologia, os serviços prestados e vinculados a plataformas digitais impactam na maneira de combater a exploração de trabalhadores e trabalhadoras.

No meio desse turbilhão de violações de direitos, de mudanças na forma dos grupos de pressão se organizarem, manifestarem suas demandas e das empresas explorarem o trabalho para ampliar o lucro, aparece o desafio: como construir uma agenda e ações que se conectem a pontos comuns para ampliar o poder de transformação da realidade social, política, cultural e econômica em direção a sociedades justas e democráticas?

Nesta **terceira cartografia social**, entre as questões debatidas e os materiais utilizados para impulsionar a reflexão, se destacou a importância de determinados valores, que, ao perderem força em nossa sociedade, aumentam os desafios e as dificuldades para quem quer justiça social e defende uma democracia substantiva. Entendendo que valores sociais são disposições mentais de cada pessoa, que formam o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento e da cultura.

Esse conjunto, pode ser designado como *ethos* societário, característicos de uma determinada coletividade, sociedade, época ou região. Valores ajudam a conter aqueles pensamentos que, quando transformados em ato, alteram padrões comportamentais considerados aceitáveis para a convivência social e colocam em risco, em determinado grau, a estabilidade social. Os mais conhecidos são a defesa da vida, a busca pela verdade e pela igualdade, a liberdade, a responsabilidade e a autonomia da pessoa, a justiça, a democracia, a paz e a solidariedade. Esses são os mais conhecidos, existem tantos outros. Valores funcionam

como uma bússola para nos ajudar a distinguir o certo do errado, a tomar decisões na convivência social e a adotar procedimentos institucionais. São eles, entre outros determinantes, que colaboram para a formação de padrões de conduta em uma sociedade e na maneira das instituições públicas e privadas funcionarem.

Um exemplo bem conhecido de disposição mental, que foi capaz de criar um padrão de conduta individual e social, é o respeito à vida humana. Independente de qual a principal fonte que transformou a vida em um valor incomensurável, que não pode ser medido ou quantificado em termos materiais, assegurar a vida é um direito fundamental, em tese, essencial para a dignidade e a existência humana. Sem valores a sociedade ou qualquer outro grupo social soçobraria. Mesmo nômades, caçadores-coletores, com um modo de vida diferente do nosso modo ocidentalizado, têm valores enraizados em suas culturas.⁵

Os valores funcionam como aquela informação escrita no interior do transporte público indicando quais os assentos destinados preferencialmente para pessoas com determinada condição física e psíquica. Não está assegurado que quem estiver sentado nesse tipo de assento, sem atender às condições indicadas, cederá imediatamente o seu lugar para quem tem o direito. No entanto, se não o fizer poderá ficar constrangido sob olhares de reprovação e, quem sabe, no futuro, cederá o lugar para evitar um novo constrangimento. Existem casos em que pessoas nessa situação cedem o lugar impulsionadas por um sentimento genuíno de boa-vontade para promover o bem-estar a quem tem o direito de usar assentos preferenciais. Outras pessoas, por simples cumprimento da norma ou lei. Não importa as motivações, o fato é que a norma na maioria das vezes é cumprida.



5. O ARCO E O
CESTO, PIERRE
CLASTRES



Alguém poderá questionar o quanto o respeito à vida é ignorado por pessoas e instituições estatais, principalmente em um país tão desigual como o Brasil. De fato, há fortes indicações de que a insensibilidade à vida humana, a indiferença a situações de opressão, cresceram nas últimas décadas em todo o planeta. A vida parece ter se transformado num perigoso ambiente de adiaforia, onde todos os atos que podem causar sofrimento ou bem-estar encontram equivalência ou são vistos com indiferença. Depende apenas da avaliação de quem o executa ou a do grupo ou classe social a que pertence o executor.

A apologia à eliminação de pessoas feita por autoridades públicas, governantes, parlamentares, por exemplo, tem aumentado e se tornado algo comum, com baixa desaprovação pela opinião pública. Tem sido comum ver essas pessoas serem aplaudidas, ganhar destaque nas redes sociais, no noticiário da imprensa corporativa, ganhar comendas e condecorações em instituições do sistema político.

Quem não lembra de quando o então governador do estado do Rio de Janeiro Wilson Witzel vibrou na frente das câmeras das TVs e nas redes sociais, sobre a ponte Rio-Niterói, no mês de agosto de 2019, ao ter a confirmação que um assaltante foi assassinado por um policial?⁶ Esse desprezo à vida, vocalizado por autoridades públicas, ficou patente durante a pandemia da Covid-19 na boca de Jair Bolsonaro em várias ocasiões, quando presidia o Brasil. Esse comportamento malévolo se destaca no mundo.

Atualmente temos o primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu defendendo, sem constrangimento, o genocídio da população Palestina da Faixa de Gaza. Em El Salvador, com o lema “prisão ou morte”, o presidente Nayib Bukele transformou violações aos direitos humanos num ativo para ampliar seu apoio junto à população. Segundo organizações de direitos humanos, Bukele comete prisões arbitrárias e ameaça a vida da juventude salvadorenha com um verdadeiro terrorismo de estado. Donald Trump aumenta o sofrimento de famílias, ao separá-las, com a sua política anti-imigração.

A demonstração de que a vida passa a ter um valor relativo é o silêncio de parte significativa de governantes de centenas de países diante dos conflitos armados que geram crises humanitárias. No continente africano, por exemplo, há batalhas devastadoras em Ruanda, Somália, Mali, República Centro-africana, Darfur, Congo, Líbia, Nigéria, Somalilândia e Puntlândia⁷. E bem perto de nós, na América Central, temos a crise humanitária no Haiti.

6 Wilson Witzel comemora desfecho com morte do sequestrador no Rio de Janeiro. Correio Braziliense, Agência Brasil, São Paulo, 20 ago. 2019. <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/08/20/interna-brasil,778167/wilson-witzel-comemora-desfecho-com-morte-do-sequestrador-no-rio-de-ja.shtml>

7 De um total de 54 países que compõem a África, 24 encontram-se atualmente em guerra civil ou em conflitos armados, de acordo com um levantamento do site Wars in the World (<https://www.warsintheworld.com>).

No meio de tantas violações, sabemos que os valores passam sempre por transformações de maneira lenta ou acelerada. São sempre determinados historicamente, influenciados pelas relações de poder e pela cultura. Em algumas situações, eventos históricos sacodem a “cesta de valores” de uma sociedade ou grupo social. Nessa sacudida, alguns deixam de existir, novos aparecem e outros podem ser ressignificados.

O episódio bem conhecido, que impactou a constelação de valores do Ocidente, foi a Revolução Francesa, em 1789, com seu lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Um outro foi a 2ª Guerra Mundial, que iniciou em 1939 e acabou em 1945. No quadro dessa guerra pintado com muito sangue, tivemos campos de concentração, onde os prisioneiros realizavam trabalho escravo e eram assassinados em escala industrial, o uso de cerca de 3 milhões de toneladas de bombas, duas atômicas, e a morte de cerca de 40 milhões de civis e 20 milhões de soldados. Depois desse morticínio, tivemos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948. Mesmo que precário, foi um gesto para conter barbaridades futuras.

Ainda hoje, essa declaração, junto com a moribunda Organização das Nações Unidas (ONU), é uma referência para as lutas sociais fora e dentro das instituições. Dela derivam tratados, acordos, plataformas e pactos internacionais na área dos direitos humanos. Essa declaração produz implicações em nossa Constituição Federal e, em diversas ocasiões, serve de base para se incidir em nossos parciais sistemas político e de justiça. Mas hoje constatamos que essa “cesta de valores” tem seus elementos modificados. Alguns estão saindo e dando lugar a outros, enquanto outros ficam apertados, na borda, com risco de sair também.

Parece que a “cesta de valores” voltou a ser sacudida. A entrada de governos neoliberais a partir do final da década de 1970; as constantes violações dos governos dos Estados Unidos da América à Declaração dos Direitos Humanos da ONU, que atacaram o Iraque e em nome dos “direitos humanos” passaram a fazer guerras nos países do Oriente Médio, principalmente após o atentado contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial *World Trade Center*, em Nova York, em 11 de setembro de

2001; a crise financeira de 2008, cujo epicentro foi o mercado imobiliário dos EUA, mas atingiu a economia mundial, agravou o estado de penúria de bilhões de pessoas, além de acentuar, desde então, a desigualdade socioeconômica no mundo, gerando uma onda de medo e ressentimento.

Esses episódios abalam valores que protegem a vida e promovem a dignidade humana. Esses, infelizmente, passam a ser relativizados. Dependendo da cor da pele, da crença religiosa, da classe social, do gênero, da etnia, do país ou território onde nasceu, alguém – pessoa ou instituição – pode encontrar uma justificativa para matar. É assustador o quanto tem crescido os argumentos entre os que têm força, dinheiro e poder para cometer barbáries. Pode ser na Faixa de Gaza, no Haiti, no Congo ou em qualquer favela do Rio de Janeiro, quando a polícia militar mata crianças e adolescentes, encontram aprovação ou a indiferença entre uma quantidade expressiva de pessoas. Esse fenômeno, da disputa ou transformações de valores, agravam as violações aos direitos humanos e acentuam as mazelas sociais. As indicações são de que entramos num verdadeiro “vale-tudo”, um “cada um por si”. A vida mais parece um grande



mercado em que as pessoas buscam a vantagem e o lucro a qualquer custo. Nossa civilização parece construir uma autoimagem de que todos somos mercadorias. Se antes tínhamos uma *economia de mercado* dentro da nossa sociedade, em que buscava separar a instância das trocas econômicas, agora há uma percepção, que ganha grande aceitação, de que nos transformamos em uma *sociedade de mercado*. Dia após dia somos engolidos pelas regras do mercado, como uma nova religião com seus preceitos, rituais e culto à mercadoria.

Valores da economia neoclássica, como já mencionados, sobretudo o axioma “maximizar a utilidade ou a vantagem”, têm se infiltrado na base do *ethos* da sociedade, causando, nos termos do título do livro do Zygmunt Bauman, sociólogo e filósofo polonês, uma “cegueira moral”. Se para muitos a principal fonte da moralidade Ocidental foi a teologia, com os textos do “Novo Testamento”, atualmente, o valor “maximizar a utilidade ou a vantagem” adquire o poder da ubiquidade ao invadir todas as esferas da vida privada e pública. Tendo a economia como a principal fonte, sai o *homo sapiens* para dar lugar ao *homo economicus*. Essa é aquela pessoa racional, calculista, egoísta, que busca levar vantagem em tudo, que vê a vida sempre como um campo de batalha e os outros como um oponente em potencial que deverá ser derrotado ou tirado do caminho.

Essas atitudes do *homo economicus* vão sendo adotadas por pessoas e instituições, solapando ou enfraquecendo valores como solidariedade, igualdade, defesa de uma vida digna etc. Mesmo que esses valores nunca tenham sido efetivados plenamente, como já mencionamos, eles funcionam como ideias reguladoras, como a informação no transporte coletivo sobre os assentos preferenciais.

Se o sucesso, o desempenho individual e o buscar vantagem sempre passam a ser os principais parâmetros de orientação do imaginário e da conduta social, é compreensível que todo tipo de desigualdade, violência, concentração de renda, entre tantos outros fenômenos sociais causadores do sofrimento humano, sejam normalizados. É como algo dado, como se a vida fosse assim mesmo e não pudesse ser de outra maneira.

É comum secundarizar a dimensão dos valores quando tratamos de justiça social. Ficamos presos à tradição econômica que passou a se apoiar na objetividade da matemática e da quantificação, ou que abordar esse tema seria cair em um terreno escorregadio da moralidade. Só que as estruturas sociais, o modo de uma sociedade funcionar, as leis e normas produzidas, como se usa ou distribui a riqueza material de uma sociedade, também dependem da contrapartida do conjunto de valores ou *ethos* societário daquela sociedade. Desta forma, para atingir determinado nível de justiça social é preciso que procedimentos institucionais, para viabilizar a distribuição de riqueza material e simbólica, carreguem determinados valores para que se alcance tais objetivos, mesmo dentro de uma sociedade capitalista. Não é possível pensar a estrutura social justa, com a sua economia, instituições estatais, mecanismos de repressão etc., dissociados de valores como igualdade, liberdade, responsabilidade, justiça, democracia, paz e solidariedade.

As desigualdades e muitas das injustiças podem ser justificadas por um conjunto de valores. Eles podem ter relação com a forma da economia funcionar e justificar as assimetrias do poder político. Uma pessoa que vive em favela ou comunidade urbana não tem o mesmo poder político para influenciar na decisão de um parlamentar ou governador igual a quem mora na área nobre da cidade. No caso da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, essa assimetria é vista na destinação de recursos públicos para a infraestrutura urbana. Ruas pavimentadas e iluminadas, sistema de drenagem e tratamento de esgoto funcionando se vê em bairros nobres da zona sul. Condição urbana que raramente vemos nos bairros populares e em favelas.

Um fenômeno mais dramático que demonstra essa distinção de poder político está na segurança pública. As operações policiais violentas, com elevada letalidade, ocorrem em favelas e bairros populares. Nas “áreas nobres” o Estado oferece “policiamento de proximidade”.

Quando determinados valores societários são reconfigurados, perdem a força ou surgem novos valores toda essa situação se agrava. E parece que é o que vivemos atualmente na sociedade brasileira. Essas

transformações impactam as interações sociais, a forma e a intensidade dessas relações e as instituições estatais. A sua função elementar, descrita no início deste texto, é desprezada pela maioria da população e por quem as ocupa. O Estado passa a servir só para reprimir, sobretudo a população menos favorecida política e socioeconomicamente, para assegurar o cumprimento de determinados contratos, tais como aqueles que transferem dinheiro público para poderosos setores da nossa economia.

Um exemplo disso é o quanto de tributos que o Governo Federal deixa de arrecadar⁸. Só neste ano de 2025, estima-se que a renúncia de receita tributária do governo federal ultrapassará R\$ 543,7 bilhões. Destacam-se os benefícios tributários relativos à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), com R\$ 139,3 bilhões; Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, com R\$ 107,7 bilhões; Imposto de Renda de Pessoa Física, com R\$ 92,3 bilhões; e contribuição previdenciária, com R\$ 70,3 bilhões, que em conjunto representam 75,3% do total. Esse “benefício” compromete a capacidade do governo federal de realizar investimentos, de ampliar e melhorar a qualidade dos programas sociais. O governo Lula deseja reduzir essas despesas tributárias em R\$ 15 bilhões para manter os programas sociais. Enfrenta, no entanto, forte oposição da maioria dos parlamentares do Congresso Nacional e de parte da sociedade, que tem seus interesses defendidos pelas mídias corporativas e redes sociais, impulsionadas por algoritmos.

A Lei Orçamentária Federal de 2025⁹, com o valor total de R\$ 5,9 trilhões, aprovada pelo Congresso Nacional, destina R\$ 160 bilhões ao programa Bolsa Família, R\$ 233 bilhões à saúde, R\$ 167 bilhões à educação e R\$ 700 milhões à moradia. Quando comparamos o valor total da renúncia



8. GASTOS
TRIBUTÁRIOS
PLOA

da receita tributária com as despesas que impactam diretamente a maioria da população e as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), verificamos o quanto setores econômicos como agronegócio, indústrias, setor financeiro e bancário se beneficiam dessas medidas justificadas pela falácia da diminuição do tamanho do Estado, de que o governo gasta muito com programas sociais etc.

Como é possível concordar com essas afirmações em um país que precisa de 6 milhões de unidades habitacionais para acabar com o déficit de moradia e só tem no orçamento R\$ 700 milhões para essa política setorial? Como é possível o total de renúncia da receita tributária ser superior aos recursos dos orçamentos destinados à educação e à saúde? Como é possível uma pessoa assalariada discordar do governo federal por cobrar uma alíquota progressiva de imposto, que pode chegar a 10%, para quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês?

A admissão dessa situação pela maioria da sociedade não se deve somente à falta de informação ou porque é vítima de notícias falsas. Esses dois fenômenos explicam apenas parte dessa indiferença a esses números. Há, portanto, o componente dos valores, da distinção do certo e do errado, do justo e do injusto. Vivemos uma grande tensão, uma peleja entre dois mundos valorativos – nós, que abraçamos a solidariedade, o cuidado com a vida não só humana, de forma universal, includente, contra os que são seletivos e excludentes.

As defensoras e defensores que estiveram ativamente na elaboração desta cartografia são parte da sociedade brasileira que defendem a dignidade humana de maneira universal. São pessoas que atuam em seus territórios, na vida pública e privada, perseguindo a felicidade humana. Demonstram a importância do afeto, do calor humano e do cuidado,



9. CONGRESSO
NACIONAL APROVA
PROPOSTA DE
ORÇAMENTO

sem ignorar a responsabilidade do Estado, a importância das políticas públicas, da distribuição justa dos recursos públicos. Diferente daqueles que seguem a onda da insolidariedade, da exclusão e da meritocracia, as defensoras e defensores desta cartografia, ao olharem para a nossa “cesta de valores”, se preocupam em enriquecê-la com o bem-viver, o ubuntu, mutirão, presentes em culturas ancestrais, de sociedades ameríndias ou do continente africano, que vieram na diáspora de escravizados.

Nessa peleja entre valores antagônicos não sabemos quando terminará nem quem vencerá. É uma batalha difícil em um ambiente social onde todo mundo vira “empreendedor”, em que o “faça você mesmo” vira palavra de ordem. As pessoas são bombardeadas com a ideia de que é possível se tornar rica, basta se esforçar, fazer a coisa certa. Em um país que 70% da população trabalhadora ganha até 2 salários mínimos e 90% de quem trabalha tem rendimentos mensais que não ultrapassam R\$ 3,5 mil, como é possível tamanha identificação com os 1% da população, com uma renda média superior a R\$ 28 mil?

São perguntas de difícil resposta, que não podem ser dadas apenas baseadas em números ou outros meios objetivos e tangíveis. Daí a importância de se olhar para nossa “cesta de valores”, ver como ela se transforma, e seguir nessa peleja com ideias e práticas que reforçam a solidariedade, a dignidade humana, defendem a vida, buscam vínculos fortes de sociabilidade. É dessas ideias e práticas que extraímos a energia necessária para nos manter numa verdadeira luta pela vida contra quem ignora a maior parte da sociedade brasileira.

LUTAS E MOBILIZAÇÕES POR DIREITOS

As defensoras e defensores de direitos humanos, durante a construção desta cartografia social, apresentaram e registraram diferentes modos de enfrentar violações de direitos, as iniquidades de saúde e debateram como essas violações se expressam em seus territórios os impactando direta e indiretamente.

Durante esse processo dialógico, numa combinação de afeto e razão, prevaleceu o princípio da democracia participativa, da construção de consenso e do reconhecimento que a ação coletiva tem uma capacidade resolutiva superior a ações individualizadas. Ao menos é o que a história tem mostrado para os setores populares da sociedade brasileira. As conquistas, invariavelmente, resultam de mobilizações sociais coletivas e agregadoras. Com isso, durante todo o processo de construção cartográfica, buscou-se encontrar pontos de conexão entre as diferentes organizações, movimentos e pessoas que representam um nó da Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do RJ.

Sendo assim, nas próximas páginas você conhecerá as ricas e diversificadas experiências de mobilização das defensoras e dos defensores de direitos humanos, que representam diferentes grupos, coletivos e movimentos. Durante o processo das oficinas, cada participante foi convidado(a) a priorizar a temática que mais refletia sua principal atuação, permitindo o agrupamento em agendas temáticas de trabalho digno, educação, saúde, violência, relações étnico-raciais, relações de gênero e populações LGBTQIA+, moradia e a possibilidade de trabalhos em redes entre as defensoras e defensores de direitos humanos.







TRABALHO DIGNO

An orange abstract shape, resembling a splash or a stylized map of a region, is located on the left side of the page.

Como abertura da seção dedicada à apresentação de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos e suas frentes de atuação, este tópico destaca a luta pelo Trabalho Digno. Com ações nos territórios de Penha, Complexo de Manguinhos e Morro da Providência, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, assim como no município de Magé e na região da Baixada Fluminense. Essa agenda mobiliza iniciativas que reivindicam o reconhecimento do trabalho informal, a promoção da autonomia econômica e a garantia de direitos para mulheres e populações LGBTQIA+. Também se destaca a valorização da agricultura familiar, do trabalho das mulheres e a economia solidária como ferramenta de desenvolvimento econômico, social e cultural dos territórios.

ELAS POR ELAS
PROVIDÊNCIA

CAROL DA PROVIDÊNCIA

ELA/DELA

Carol da Providência integra o Coletivo Elas Por Elas, uma iniciativa que promove o reconhecimento do trabalho informal, a autonomia econômica, a luta pelo trabalho digno e pelos direitos das mulheres e pessoas LGBTQIA+ no Morro da Providência, zona central do Rio de Janeiro/RJ, onde a hostilidade do Estado e a desumanização de trabalhadores informais são as principais problemáticas enfrentadas diariamente no território, e que mobilizam a atuação da Defensora de Direitos Humanos. Nesse sentido, atua pelo fim da criminalização do trabalho informal e a garantia do direito à cidade, por meio da criação de políticas públicas construídas a partir da escuta ativa e da inclusão das pautas dos territórios em espaços de decisão, além do apoio institucional e da desburocratização de processos no acesso a recursos. Também se destacam como principais atuações nos territórios o desenvolvimento de cozinhas solidárias, pontos de apoio com creche durante o carnaval e grandes eventos, a luta por políticas de segurança comunitária, defesa da saúde pública e a proteção social efetiva. Todos esses elementos são indispensáveis para a defesa do direito ao trabalho digno.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
PENHA | COMPLEXO DE
MANGUINHOS | BAIXADA
FLUMINENSE | REGIÃO CENTRAL



Como figuras aliadas ao Coletivo, fazem parte o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos (MTSD), SindInformal, Grupo Reflexivo, Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Coletivo Botafogo Antifascista, Vara da Infância, Conselho Tutelar, Tribunal Regional do Trabalho (TRT), Mulheres do Morro da Providência e outras favelas, Instituto Casa Comum, Quilombo Literário, Instituto Avança Nega, Grupo Cataratas e Instituto Diamantes da Favela.

Além disso, o Coletivo Elas Por Elas constrói rede com o grupo de Solidariedade e Amizade dos Migrantes e Refugiados em Maricá (GSAM), Ocupação de Moradia Povo Maravilha, Marcha dos Migrantes do Rio de Janeiro, Voz dos Entregadores, União Motoboy e Bike (UMB), Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do RJ (STDRJ), a Garagem Delas, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) através do Fundo SAAP, e com a Rede de Defensores de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro.

Mesmo com essas alianças, há adversários e ameaças nos processos de resistência. A ineficiência do poder público na garantia de direitos básicos, atrelada à postura higienista da Prefeitura e à atuação repressiva da Guarda Municipal, configuram um contexto de criminalização do trabalho informal. Esses fatores, somados à falta de implementação de políticas públicas voltadas aos trabalhadores ambulantes e camelôs, e à escassez de recursos destinados às atividades do Coletivo, se tornam desafios à atuação. Como enfrentamento a tais adversidades, são indispensáveis ações de fortalecimento que incentivem a organização popular e a ampliação do protagonismo de mulheres negras, mães e trabalhadoras informais.



Festival de mulheres negras, ambulantes e periféricas realizada pelo Coletivo Elas por Elas Providência.

COZINHA
COLHER DE PAU

JULIANA DE MEDEIROS

ELA/DELA

Na atuação pelo trabalho digno das mulheres e pela valorização da agricultura familiar, Juliana de Medeiros atua na Cozinha Colher de Pau, uma iniciativa de cozinha solidária localizada no Sítio de Santa Bárbara, em Magé/RJ.

No cotidiano dessa atuação, tornam-se evidentes os obstáculos impostos pelo machismo estrutural, pelo conservadorismo e pela ausência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Soma-se a isso a dificuldade de acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar, que impede a formalização de muitas agricultoras, limitando sua atuação e seus direitos.

Outro desafio importante é a falta de perspectiva da juventude em relação ao trabalho no campo, o que enfraquece a continuidade da agricultura familiar. A desvalorização de trabalhadoras e trabalhadores rurais impacta diretamente a garantia da alimentação de qualidade, elemento essencial para o exercício de todos os demais direitos.



Fazem parte dos aliados à Cozinha Colher de Pau, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o Centro de Atenção Comunitária (CEDAC), a Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável (CEDRO), o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), a Associação de Agricultores Biológicos do Estado Rio Janeiro (ABIO), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Centro de Cultura Sinal do Vale e o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE). Além de construir rede com movimentos e organizações que apoiam a agenda do trabalho digno para mulheres e agricultura familiar.

A ampliação da divulgação de serviços de alimentação e das vivências realizadas no Sítio de Santa Bárbara são formas de fortalecer e visibilizar a luta pelo trabalho digno para mulheres e a agricultura familiar, afinal, como lembra Juliana: “se a agricultora não roça, a cidade não almoça. Se a agricultora não planta, a cidade não janta”.



Oficina de estrogonofe de umbigo de banana realizada na Cozinha Colher de Pau.

Em Japeri, na Baixada Fluminense, Gilza Rosa é artesã e coordena o Fórum Municipal de Economia Solidária, que busca fortalecer o desenvolvimento econômico, social e cultural, de maneira justa e sustentável. Também integra a Pastoral Afro-Brasileira, onde conjuga a atuação na Economia Solidária com as perspectivas antirracistas.

A realidade diária de deslocamento para o trabalho, da Baixada Fluminense à Zona Sul do município do Rio de Janeiro, por 4 horas diárias em transporte público, impediram que Gilza pudesse, de fato, vivenciar e se envolver com a realidade de Japeri. Em 2015, conheceu o que era Economia Solidária, por meio do Fórum Municipal de Economia Solidária, e a partir desse momento percebeu os caminhos de transformação possíveis na sua realidade e em seu território.

Japeri enfrenta desigualdades no acesso à educação, saúde, transporte, habitação e saneamento básico, resultantes da falta de interesse por resolução do poder público, o que intensifica as injustiças no município. A atuação da Defensora enfrenta desafios com a escassez de apoio financeiro e com a necessidade de ampliação da divulgação das iniciativas para outros moradores e municípios vizinhos.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
SÃO JORGE, ENGENHEIRO
PEDREIRA - JAPERI/RJ



Além de estimular as potencialidades econômicas e culturais de Japeri, o Fórum Municipal de Economia Solidária contribuiu para a consolidação do Conselho Municipal de Economia Solidária de Japeri (criado pela Lei municipal nº 1.471/2022) e a construção do Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária. Nessa luta, seus aliados incluem a Federação das Associações de Moradores Urbanos e Rurais do Município de Japeri (FAMEJA), a Igreja Católica, a Associação Nova Belém, o Grupo Código e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E como rede construída, se articula com o Coletivo Elas por Elas, LH2 PODE! (podcast do Leopoldina Hip Hop), o Projeto Educacional “Ler, Viver e Existir” e a Rede de Defensores de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro. Esses aliados e redes são essenciais para garantir que as ações em defesa de trabalho digno, renda e qualidade de vida sigam acontecendo todos os dias.



Comemoração do Dia do Artesão, em 19 de março.



EDUCAÇÃO

Nesta agenda, conheceremos a atuação de Defensoras de Direitos Humanos que, junto de seus coletivos, constroem uma educação voltada para a emancipação humana nos seguintes territórios: Morro do Borel, na Tijuca; Praça Seca; Conjunto Campinho e Boa Esperança, em Campo Grande, no Rio de Janeiro/RJ. A partir da valorização da cultura e da história afro-brasileira em suas práticas pedagógicas, essas iniciativas expressam a luta em defesa de uma educação transformadora e antirracista, voltadas para jovens em privação de liberdade e estudantes de escolas públicas, além da ampliação do acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade a populações historicamente excluídas desse espaço, e o empoderamento de crianças e adolescentes através da literatura afro-brasileira em diálogo com seus territórios.

PROJETO
EDUCACIONAL
“LER, VIVER
E EXISTIR”

MARILENA NASCIMENTO

ELA/DELA

Marilena Nascimento atua nas unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) e no bairro da Praça Seca - Rio de Janeiro/RJ. O trabalho da Defensora se concretiza por meio do Projeto Educacional “Ler, Viver e Existir”, destinado à promoção de uma educação emancipadora e antirracista, com jovens que estão em privação e restrição de liberdade no DEGASE e com estudantes de escolas públicas da Praça Seca. O projeto fortalece o letramento racial, a proteção das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e apoio educacional qualificado.

Sua atuação enfrenta diversos desafios: o assédio moral, psicológico e sexual, a violação do direito à moradia e alimentação, a violência local e a condições de insalubridade, além da escassez de transportes públicos de qualidade e equipamentos públicos de cultura e lazer nos territórios de atuação.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
ILHA DO GOVERNADOR -
DEGASE | PRAÇA SECA/RJ



Tais desafios também se manifestam no silenciamento institucional por parte do DEGASE, na falta de uma sede própria para realização de suas atividades e nas limitações financeiras. A postura que o judiciário assume o coloca como adversário, ao passo que traz dificuldades na construção de uma perspectiva de proteção às juventudes. Diante disso, para fortalecer o trabalho desenvolvido, a ampliação da visibilidade, o acesso a recursos financeiros e a criação de uma sede própria são indispensáveis.

Os aliados das ações são bibliotecários e pedagogas servidoras do DEGASE, a Casa de Artes e Culturas Percília Teles da Silva, a Igreja Batista Barão da Taquara, o Centro Municipal de Cultura Dyla de Sá, o Ponto de Cultura UbemTem, o Museu Bispo do Rosário, a Construção Coletiva Iacaré, a Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, professores de Literatura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e apoiadores financeiros. Também foram estabelecidas redes de colaboração com a Construção Coletiva Iacaré, com as famílias e os educandos, que se mostram aliados potentes no processo de valorização de iniciativas educacionais e culturais.



Oficina de letramento racial no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE).

Danny Souza é idealizadora, coordenadora geral e educadora popular do Pré-vestibular Popular Margarida Alves, um projeto sem fins lucrativos, dedicado à promoção do ingresso no ensino superior e à luta por mais igualdade. O projeto iniciou suas primeiras ações em Santa Margarida, em Cosmos, na Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ. Hoje, se localiza no Conjunto Campinho, em Campo Grande, também na Zona Oeste, território marcado pela escassez de informações sobre o acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade. O pré-vestibular fortalece a formação de pessoas historicamente excluídas do ensino superior: negros, moradores de bairros populares e/ou estudantes e ex-estudantes de escolas públicas.

A trajetória da Defensora de Direitos Humanos iniciou ainda na juventude, quando assumiu a presidência do grêmio estudantil da escola onde estudava. Em 2007, ao acompanhar uma amiga, conheceu um pré-vestibular popular para o qual, em 2010, retornou como estudante. Em 2014, foi aprovada no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em 2019, deu início ao Pré-vestibular Popular Margarida Alves, assumindo a sua coordenação geral. Em 2025, também passou a atuar como educadora popular, ministrando a disciplina de História da África.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
BOA ESPERANÇA E CONJUNTO
CAMPINHO, CAMPO GRANDE/RJ



Entre os aliados dessa atuação destacam-se os professores voluntários, a UNEAfro, o Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ), o Centro Comunitário de Formação Profissional Padre Rafael (CCFP) e a Coordenação do Pré-Vestibular Popular Margarida Alves, composta por mulheres.

Apesar dos impactos positivos alcançados, a ausência de um espaço físico para realização das atividades, os altos índices de evasão de estudantes, a violência e a falta de apoio das escolas da região se materializam como desafios cotidianos na atuação da Defensora e do Pré-Vestibular.

Para fortalecer as ações desenvolvidas, é essencial o estreitamento dos vínculos com as direções das escolas adjacentes e com as turmas de 3º ano do Ensino Médio, a partir da escuta ativa de suas necessidades e realidades. Além disso, a atuação do Pré-Vestibular Popular Margarida Alves é construída em rede com coletivos e grupos da cidade do Rio de Janeiro/RJ, como: Grupo Esperançar em Santa Margarida, no bairro de Campo Grande, Coletivo Elas por Elas, na no Morro da Providência, e Quilombo Literário, no Morro do Borel, fundamentais na democratização do direito ao ensino superior de qualidade, por meio de uma educação popular, com resistência e afeto.



Carol é educadora social no Sig Lindinhos, ação literária realizada no Morro do Borel, no bairro da Tijuca, e atua no Kilombo Literário, iniciativa de biblioteca comunitária realizada também no Morro do Borel e nos morros vizinhos da Formiga e Salgueiro, de resgate da literatura afro-brasileira, da herança cultural e do aquilombamento como formas de resistência e empoderamento de crianças e adolescentes.

No território de atuação, no Morro do Borel, as principais questões que mobilizam sua ação como Defensora de Direitos Humanos são a presença constante das violências, a dificuldade de acesso a direitos, a falta de espaços de lazer e de ações com a perspectiva antirracista. Durante a pandemia da Covid-19, a Defensora passou a dar aula para o filho e para outras crianças do território. Nesse período, foram distribuídos materiais didáticos doados por uma professora e foi realizado o Natal Solidário, que arrecadou mais de 30 presentes para as crianças.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
MORRO DO BOREL, TIJUCA/RJ



Essas experiências impulsionaram a construção de um espaço comunitário dedicado à leitura de obras afro-brasileiras e à realização de passeios pedagógicos, promovendo reflexões sobre o meio ambiente, as potencialidades locais, a luta pelo direito à cidade e o sentido de pertencimento ao território. Esse espaço busca fortalecer os saberes tradicionais e valorizar figuras históricas que, apesar de terem contribuído para a construção do Brasil, foram sistematicamente invisibilizadas.

Como aliados à ação territorial, os editais de apoio são fundamentais para a continuidade das atividades. Porém, os processos burocráticos, desde a elaboração de projetos até a prestação de contas, são exemplos de desafios encontrados, especialmente quando não há formações com linguagem e metodologia acessíveis para lidar com esses procedimentos. Junto a essas adversidades, o risco de atropelamento das crianças no território, somados às interrupções forçadas nas atividades devido aos tiroteios recorrentes e a ausência de apoio de outras associações e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se apresentam como ameaças à continuidade do projeto.

Sendo assim, o apoio de uma sala adequada para realização das atividades desenvolvidas e de recursos financeiros se tornam ações de fortalecimento indispensáveis para ampliar o acesso à educação, cultura e lazer para as crianças e adolescentes do Morro do Borel.



Passeio pela comunidade do Morro do Borel.

SAÚDE

Nos bairros do Centro, Curicica e na Colônia Juliano Moreira, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a atuação das próximas Defensoras e Defensores de Direitos Humanos tem como eixo central a defesa do direito à saúde integral, fundamentada em uma concepção ampliada de saúde. Destacam-se ações voltadas ao cuidado comunitário, à redução de danos e à prevenção combinada para pessoas vivendo com HIV/AIDS, especialmente mulheres trans e outras pessoas transexuais; a promoção da saúde mental e da luta antimanicomial; e a promoção da segurança alimentar e nutricional. Essas e outras iniciativas reforçam a perspectiva de defesa da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde universal, ambos garantidos na Constituição Federal. As Defensoras e Defensores de Direitos Humanos agora apresentadas, reconhecem que a saúde é determinada por múltiplos condicionantes sociais, sejam eles: o transporte, a alimentação, moradia e outros serviços essenciais na promoção da qualidade de vida.

REDE NACIONAL DE TRAVESTIS,
MULHERES TRANSEXUAIS E
HOMENS TRANS VIVENDO E
CONVIVENDO COM HIV/AIDS
(RNTTHP)

AGATHA TARIGA

ELA/DELA

Agatha Tariga é uma travesti, Defensora de Direitos Humanos e coordenadora regional da Rede Nacional de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans Vivendo e Convivendo com HIV/Aids (RNTTHP), uma articulação nacional composta por travestis, mulheres e homens trans que vivem e convivem com HIV/AIDS, incluindo pessoas usuárias de substâncias e em contextos de vulnerabilidade social. A Defensora também integra a Rede Trans Brasil, atua como Conselheira do Conselho LGBTQIA+ no Rio de Janeiro e como pesquisadora nos projetos “Proteção Social Durante o Tratamento de Pessoas com Tuberculose no Estado do Rio de Janeiro” (ProtecTB) e “Migrantes Internacionais, Refugiados e Apátridas contra a Tuberculose” (MIRA-TB).



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
CENTRO, RIO DE JANEIRO



1 de dezembro, na caminhada por visibilidade, cuidado e dignidade das pessoas que vivem com HIV/AIDS. Estar aqui, com minha história e com tantas outras, é afirmar que viver com HIV não é sobre dor é sobre afeto, escolha e autonomia.

Sua principal área de atuação é no Centro da cidade do Rio de Janeiro/RJ, território com desigualdades sociais profundas e cotidianas, como a falta de acesso à saúde, dificuldade de acesso às políticas públicas e a violência estrutural, simbólica e institucional. Nesse sentido, a atuação da RNTTHP consiste em fortalecer a escuta ativa, promover orientação jurídica, apoio psicossocial, articulação com políticas públicas e distribuição de insumos de prevenção, fortalecendo redes de solidariedade e autocuidado. Entre os principais aliados na luta, o Coletivo Elas por Elas do Morro da Providência e o Grupo Pela Vidda. Além da Rede Trans Brasil (Nacional) e o Conselho LGBTQIA+ Rio de Janeiro, como parte das redes construídas.

Há uma série de ameaças à atuação, que perpassam o estigma sobre os corpos e trajetórias trans, a ausência de financiamento contínuo, a precarização de políticas públicas e a falta de uma perspectiva interseccional por parte do Estado brasileiro. Soma-se a isso, a violência institucional e a transfobia estrutural, o atendimento precário nas Unidades de Saúde, a dificuldade de acesso à Profilaxia Pós-Exposição (PEP), Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e outros serviços especializados, assim como a violência policial e o abandono das políticas de proteção social. Os adversários da atuação também se expressam nos setores conservadores da política local, em religiosos fundamentalistas e instituições públicas que ainda reproduzem ações transfóbicas e excludentes.

Ao mesmo tempo, há potência no território de atuação da Defensora, como a resistência de travestis e mulheres trans na construção de redes com afeto e solidariedade. Para fortalecer essa ação, é necessário investir em articulação, formação e estrutura, além de fortalecer as redes locais, unindo coletivos, serviços públicos, movimentos e lideranças para integrar suas ações. O apoio financeiro e estrutural às iniciativas, a formação contínua para pessoas que atuam na linha de frente, a visibilização de ações e sistematização do que já foi realizado também são caminhos para seguir na luta. Trata-se da defesa da saúde integral, com perspectiva de cuidado comunitário, na prevenção combinada e redução de danos; do combate à sorofobia, transfobia, racismo e múltiplos estigmas; e do fortalecimento do protagonismo trans em espaços de decisão. Uma luta sem medo, com informação e amor.

**SOCIEDADE AGROECOLÓGICA
DE CULTURA E INCLUSÃO
(SACI)**

ARTUR TORRES

ELE/DELE

Artur Torres atua na Sociedade Agroecológica de Cultura e Inclusão (SACI) e no Centro de Cultura e Convivência Pedra Branca/Museu Bispo do Rosário, na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), nos territórios de Curicica e Colônia Juliano Moreira, Zona Oeste do Rio de Janeiro/RJ. Nestes bairros, a disputa pelo poder territorial, a precariedade dos transportes públicos, o acesso limitado à saúde e à informação aumentam a insegurança e criam entraves ao pleno exercício do direito de estar e viver nos territórios.

A SACI, criada em 2023 em parceria com sua companheira, é um projeto sociocultural destinado à valorização das confluências, vivências e encantamentos ancestrais, a partir da investigação e difusão dos saberes populares e o resgate da cultura material e imaterial das pessoas que habitam/habitaram o território de Jacarepaguá.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
CENTRO DE CULTURA E CONVIVÊNCIA
PEDRA BRANCA, JACAREPAGUÁ |
COLÔNIA JULIANO MOREIRA, TAQUARA



A atuação desenvolvida pelo Defensor de Direitos Humanos, como articulador territorial do Sistema Único de Saúde (SUS), contribui para a promoção da saúde e para o enfrentamento do estigma da loucura, no contexto da luta antimanicomial. Esse trabalho impulsiona a democratização da informação sobre as redes de apoio, vagas de trabalho e políticas públicas de geração de trabalho e renda. Além disso, estimula as relações entre território, memória, meio ambiente e cultura e ações que envolvem Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária e a captação de recursos para projetos.

A violência e a burocracia se expressam como adversárias constantes da atuação que, somadas às ameaças e disputas pelo território, afastam benefícios e inviabilizam as ações locais. Diante desse cenário, as redes construídas, como a Construção Coletiva Iacaré, que visa fomentar políticas públicas e captar recursos para projetos locais, junto com outros aliados da atuação, a comunidade e suas redes de afeto e trabalho, se conformam como ato e estado de resistência.



Atividade com crianças estudantes na Escola Municipal Juliano Moreira e o mapa feito por elas, no projeto “Cadê o Rio que Tava Aqui?” realizado pela SACI - Sociedade Agroecológica de Cultura e Inclusão.



VIOLÊNCIA

Esta agenda engloba diversas expressões das violências vivenciadas cotidianamente pela população brasileira, sejam elas territorializadas nos conflitos provocados por grupos armados; a partir das realidades de mães e familiares afetados pela violência do Estado e do desaparecimento forçado; ou ainda, considerando a falta de acesso à saúde, educação, trabalho, lazer e outros direitos fundamentais que, quando violados, também se enquadram nessa agenda de luta. As próximas Defensoras de Direitos Humanos apresentadas atuam na Baixada Fluminense/RJ e possuem em comum a luta pela garantia do direito à vida, por uma nova concepção de política pública de segurança e combate às violências e pela responsabilização do Estado.

CÁTIA REGINA

ELA/DELA

Em meio à ausência de políticas públicas na Baixada Fluminense, expressas pela precarização de serviços básicos como acesso à água potável, educação de qualidade, moradia digna, transporte público e justiça socioambiental, Cátia Regina atua na Associação Pamen Cheifa, em Jardim Gramacho - Duque de Caxias/RJ. Além de atuar na Clínica da Mulher Prof^a Fernanda Bicchieri Soares, em Belford Roxo, e no Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado (NAPAVE).

Como Assistente Social e pós-graduada em Terapia Familiar, a atuação da Defensora na Associação Pamen Cheifa fortalece a orientação às famílias, a mobilização territorial e a realização de parcerias com instituições e movimentos sociais. Seu trabalho conta com apoio de aliados como o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA RJ), o Fórum Grita Baixada, a rede de familiares locais e estabelece rede com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) local, a Defensoria Pública, o Poupa Tempo, o Conselho Tutelar e o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro (CEDECA).



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE
CAXIAS/RJ | CLÍNICA DA
MULHER, BELFORD ROXO/RJ

Porém, entre os principais adversários e desafios da atuação estão os grupos armados que controlam o território, a falta de recursos financeiros, a invisibilização dos territórios e a ausência de uma sede própria permanente para continuidade das ações. Fortalecer essa atuação passa por processos de articulação com outros territórios, o acesso a espaços públicos de cultura e lazer e a ampliação de oportunidades de formação. Esses elementos são essenciais para a continuidade da defesa de direitos humanos e ampliar o impacto das atividades desenvolvidas.



REDE DE MÃES
E FAMILIARES
DA BAIXADA
FLUMINENSE

RENATA DOS SANTOS

ELA/DELA

Renata dos Santos integra a Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense, movimento de acolhimento integral de mães e familiares de vítimas da violência do Estado. A região é atravessada por violência nos territórios e institucional.

A Defensora de Direitos Humanos teve seu filho, Antoni Wladimir, assassinado e o corpo desaparecido, em 2017. Junto com a filha, investigaram o desaparecimento forçado e após meses de buscas, o corpo foi encontrado em um cemitério clandestino. A partir daí, a Defensora estabeleceu contato com o Núcleo de Atenção Psicossocial a Afetados pela Violência de Estado (NAPAVE), onde passou a fazer acompanhamento psicológico, conhecer outras mães e redes de apoio, e a compreender de forma mais ampla o que são os Direitos Humanos. Desde então, passou a integrar a Rede de Mães e Familiares da Baixada.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
BAIXADA FLUMINENSE



A Rede atua no fortalecimento dos territórios com cursos voltados ao autocuidado, promoção de apoio psicológico e jurídico, acolhimento e orientação às mães de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional e socioeducativo, visitas a mães e familiares afetados pela violência na Baixada Fluminense e na mobilização de atos público por políticas públicas, pelo direito à memória e justiça.

Entre os aliados da atuação, destacam-se o NPAVE, o Coletivo Elas por Elas do Morro da Providência, a Organização Não Governamental (ONG) Mundo Melhor e o Fórum Grita Baixada. Por outro lado, os principais adversários e ameaças à atuação no território são os grupos armados atuantes na Baixada Fluminense e a ausência de direitos. Assim, desconstruir a influência de grupos armados e a luta por ampliação de direitos sociais, políticos e econômicos tornam-se ações de fortalecimento às ações desenvolvidas diariamente pela Defensora e pela Rede de Mães e Familiares da Baixada Fluminense na luta contra a violência de Estado e o desaparecimento forçado, que impactam brutalmente a vida de inúmeras famílias.

Lançamento e exibição do filme “Desova”, sobre o desaparecimento forçado na Baixada Fluminense, durante evento realizado na Prefeitura da cidade de Colônia, na Alemanha.





RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A agenda de lutas que integra o eixo das Relações Étnico-raciais, desenvolvida por Defensores e Defensoras agora apresentados, faz parte de um conjunto de ações que fortalecem as práticas de educação antirracista, o acolhimento de migrantes e refugiados, e a promoção dos direitos das mulheres, da população negra e das crianças e adolescentes. Além disso, essa agenda abrange a valorização da cultura afro-referenciada, a promoção da autonomia financeira, o uso do Hip Hop como ferramenta de transformação social, o combate ao racismo estrutural, religioso e a LGBTQIA+fobia, reconhecendo a cultura como instrumento central na luta por direitos e justiça social.

GRUPO DE
SOLIDARIEDADE
E AMIZADE DE
MIGRANTES E
REFUGIADOS EM
MARICÁ (GSAM)

GARRY ULYSSE

(O MAIS BELO DOS BELOS)

ELE/DELE

Garry Ulysse é haitiano e atua como Defensor de Direitos Humanos em Maricá/RJ (Centro, Inoã, Itaipuaçu e Ponta Negra) como integrante do movimento União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO) e do Grupo de Solidariedade e Amizade de Migrantes e Refugiados em Maricá (GSAM). Esses territórios concentram populações em situação de rua, migrantes, refugiados, mulheres e crianças negras, marcadas por constantes violações de direitos, ausência de políticas públicas eficazes e falta de acesso digno à moradia, educação e trabalho.

Através do GSAM, o Defensor desenvolve um trabalho de educação antirracista e de acolhimento de migrantes e pessoas refugiadas. Há visitação em escolas, ensino de línguas e compartilhamento de culturas através da música, com objetivo de evidenciar que, apesar das diferenças, todos os seres humanos devem ter dignidade e respeito. Na UNEGRO, sua atuação fortalece a luta pela igualdade racial e implementação da Lei 10.639/2003, na valorização da cultura afro-brasileira e combate ao racismo em escolas. Também desenvolve atividades em restaurantes populares e escolas sobre o acesso à alimentação de qualidade, fortalecendo a defesa do direito à Segurança Alimentar e Nutricional, além da presença no Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA).

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
CENTRO, INOÃ, ITAIPUAÇU
E PONTA NEGRA - MARICÁ/RJ



As dificuldades encontradas expressam a falta de acesso aos recursos financeiros e parcerias institucionais, a ausência de fundos específicos e aos editais de apoio que são burocráticos e pouco acessíveis para os coletivos. A falta de reconhecimento formal da associação, a sobrecarga do trabalho voluntário e a ausência de formação contínua para atuar nos territórios também são barreiras. O fortalecimento da ação territorial demanda maior apoio institucional, político e financeiro; a criação de políticas públicas de fomento específicas, o acompanhamento técnico, a formação em gestão e apoio jurídico, a formação contínua de lideranças comunitárias, valorização dos saberes e culturas dos territórios, e as parcerias sólidas com universidades, movimentos sociais, coletivos culturais, secretarias e órgãos públicos.

Diante dessas questões territoriais, os apoiadores da luta são: o Coletivo Elas por Elas do Morro da Providência, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA - Maricá), Comitê Municipal de Políticas Públicas para a Promoção dos Direitos da População Migrante, Refugiada e Apátrida (COMPARM - Niterói/RJ), Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados Migrantes (CEIPARM/RJ), Vidas Negras Importam - São Gonçalo/RJ e Pacto pelo Direito de Migrar (PDMIG).

As redes se constroem com a Prefeitura de Maricá, as Secretarias Municipais de Direitos Humanos, Trabalho e Saúde, o Movimento pela Oportunidade (Movidade), o Movimento Negro Unificado (MNU), a Associação de Lideranças de Migrantes Refugiados e Apátridas (ALIR-RJ) e a Universidade de Vassouras, todas iniciativas que valorizam experiências coletivas e dão sentido às lutas que possuem a defesa da equidade como base de todas as relações.

Lançamento do documentário "Caminho Além da Fronteira" no Cine Henfil de Maricá, realizado pelo Grupo de Solidariedade e Amizade de Migrantes e Refugiados de Maricá (GSAM) e outros parceiros.



COLETIVO NEGRAS
POTENTES

FERNANDA DUARTE

ELA/DELA

Fernanda Duarte é membra do Coletivo Negras Potentes e Fórum de Mulheres Negras, ambos no Município de Niterói/RJ. Sua atuação é focada na promoção da garantia dos direitos das mulheres e população negra, valorizando e reconhecendo suas potências e ancestralidade; a autonomia financeira das mulheres, a comunicação entre comunidades e o empoderamento de jovens para transformar suas realidades.

O cenário do território de atuação da Defensora é caracterizado pela concentração de riqueza e por profundas desigualdades socioespaciais, com precariedade nas condições de moradia, transporte, segurança pública e saúde. Essas desigualdades motivaram Fernanda a iniciar sua atuação na defesa dos Direitos Humanos, em 2013. Durante a graduação em Direito, se deparou com a falta de representatividade e as complexidades do sistema educacional.

No Fórum de Mulheres Negras, contribui para a construção do “Julho das Pretas”, que promove a valorização da cultura, dança, arte, artesanato, culinária e moda afrorreferenciada. E pelo Coletivo Negras Potentes, que integra desde 2020, apoia o Plantão Mulher em parceria com a Secretária da Mulher do município.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
BARRETO, NITERÓI/RJ



Aliados a essa agenda política, somam-se os movimentos sociais que contribuem ativamente na defesa dos Direitos Humanos, as Secretarias da Mulher e dos Direitos Humanos e a Superintendência da Igualdade Racial e Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial (CEDINE-PIR). O adversário principal é a opressão institucional realizada pelo Estado brasileiro, junto à falta de implementação de políticas públicas voltadas para jovens negros e mulheres, além das dificuldades financeiras como principais obstáculos para seguir com o trabalho realizado.

Ainda assim, as alianças construídas com o Instituto Casa Comum, com o Coletivo Elas Por Elas do Morro da Providência, a Rede de Defensores de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal da Mulher fortalecem os processos de viabilizar direitos às meninas e mulheres negras.



O Coletivo Negras Potentes em atividade com o primeiro grupo de alunas no projeto “Empoderar para Transformar”, no Colégio Meneses Vieira, em Niterói/RJ.

LEOPOLDINA HIP HOP/ ASSOCIAÇÃO COLETIVA RESISTÊNCIA CULTURAL

NYL MC
ELE/DELE

Diante do contexto de violência estatal e urbana, permeado pelo racismo estrutural, além da falta de acesso a espaços e ferramentas para produção, fruição e formação artística e cultural presentes na Penha Circular e Complexo do Alemão, Nyl MC atua no Leopoldina Hip Hop, através da Associação Coletiva Resistência Cultural.

Sua atuação fortalece a realização de encontros, trocas e formações; circulação de recursos financeiros; formação de agentes e produtores culturais; mapeamento e visibilização da atuação de mulheres na cena do Hip Hop; e no acesso ao trabalho digno e criação de redes de colaboração.

A partir do Hip Hop como ferramenta de transformação social, Nyl alterou a sua relação com a educação, trazendo à cena o seu reconhecimento enquanto preto, a dimensão antirracista, a noção do território, a equidade de gênero e outras iniciativas de cultura.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
PENHA CIRCULAR,
RIO DE JANEIRO



Como figuras aliadas indica o Observatório de Favelas, a Arena Carioca Carlos Roberto de Oliveira – Dicró, a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Cia Passinho Carioca, a Escola Quilombista Dandara dos Palmares, a Roda Cultural da ZN, Maducia e a Rede de Defensores de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro.

Embora o defensor não identifique adversários diretos à atuação, a insuficiência de recursos financeiros para manutenção da instituição e realização das ações são ameaças à continuidade dos processos de defesa de direitos humanos. Para fortalecer as atividades realizadas, é necessário maiores oportunidades de captação de recursos financeiros e mais equipamentos públicos de cultura. Sua atuação se articula em rede com a Escola Quilombista Dandara dos Palmares e a Roda Cultural da ZN, iniciativas desenvolvidas no Complexo do Alemão.



Show realizado durante o Festival
"O Clima é de Mudança".

JÚLIO CESAR OLIVEIRA

ELE/DELE

Júlio Cesar Oliveira é cofundador do Instituto Casa Comum, uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e de natureza filantrópica, com atuação na defesa de Direitos Humanos, contra o racismo, o racismo religioso e a LGBTQIA+fobia. O Instituto está situado no Morro do Escadão (Rocha) - Parada 40 - São Gonçalo/RJ, território marcado pelas mais diversas pobreza e violações de direitos, dentre elas a violência cometida pelo Estado, a ausência do poder público, a evasão escolar, o analfabetismo funcional, a insegurança alimentar e a violência de gênero.

A sua atuação como Defensor de Direitos Humanos se deu a partir de uma crise teológica e emocional, que o levou à depressão. Essa experiência ocorreu em um cotidiano de escutas e vivências, no espaço religioso, marcado por preconceito, violência de gênero e racismo. Esse contexto resultou no seu rompimento com igrejas históricas fundamentalistas e o início da caminhada junto a uma Comunidade de Fé inclusiva, afirmativa e progressista.



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
MORRO DO ESCADÃO (ROCHA),
PARADA 40 - SÃO GONÇALO/RJ



Mitigando e lutando pela urgência de alimentação digna para nossa gente na favela.

Desde então, atua diariamente contra o fundamentalismo religioso, promovendo a releitura popular, racializada e antifundamentalista da Bíblia. No Instituto Casa Comum, tem a sua atuação voltada à transformação social e econômica dos territórios, com foco nas populações LGBTQIA+, crianças e adolescentes em medidas socioeducativas, povos ancestrais, pessoas com deficiência e pessoas que vivem em vulnerabilidade social.

As ações desenvolvidas pelo Instituto incluem reforço escolar, consultorias para mulheres que têm os seus pequenos negócios, cursos de culinária e panificação, atendimento terapêutico, Mercadinho Solidário e projeto Óculos Solidário. Para a realização dessas atividades, o Instituto Casa Comum possui como aliados a Igreja Cristã da Tijuca, a Igreja Anglicana do Brasil, o Centro de Ação Comunitária (CEDAC), a Igreja Batista Marapendi, a Óptica Santiago, a Rede de Defensores de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro, o Odarah Cultura e Missão, o Ilé Asé D'Ogun Já, o Coletivo Negras Potentes, o Coletivo Elas Por Elas do Morro da Providência, o Coletivo Sementes da Democracia, a Grupa Gsex, as Pernambucanas, o CENARTE, a Associação Basiléia, o Peosain e o Egbé Asé Sango Olukoso Lalu.

No cotidiano do território, a atuação enfrenta diversos desafios, como as burocracias institucionais e a desorientação nos serviços públicos, que dificultam o acesso às políticas públicas, além da imposição de leis e modos de viver pelo tráfico de drogas. O fundamentalismo religioso é um outro desafio, com seu poder de manipulação que faz com que as pessoas fiquem reféns e amedrontadas.

Para fortalecer as ações desenvolvidas, é urgente qualificar melhor a equipe técnica, ampliar os recursos humanos para atender às diversas demandas, estreitar e aprofundar o conhecimento sobre as políticas públicas da cidade, melhorar a captação de recursos para execução dos projetos, aprimorar a comunicação e as redes de parceria, além de visibilizar as ações do Instituto Casa Comum.

ESCOLA DO JONGO
DA SERRINHA

PABLO MARQUES

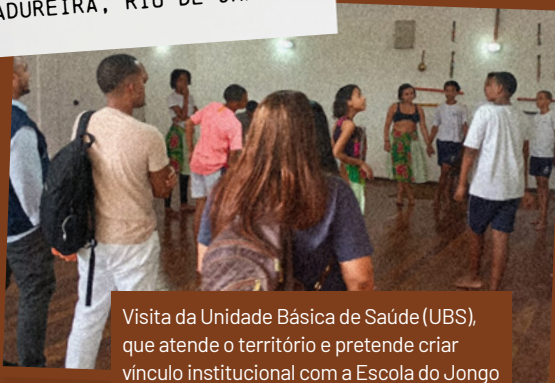
ELE/DELE

Pablo Marques atua na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com forte engajamento em pautas como educação popular, saúde, intelectualidade do corpo, cultura, lazer e preservação da memória. Sua trajetória também é marcada pela luta contra o racismo e racialização, a marginalização e marginalidade. Essa atuação se concretiza na Escola do Jongo da Serrinha, situada no Complexo da Serrinha, em Madureira, Rio de Janeiro/RJ.

No território em que atua, são identificadas questões de vulnerabilização de crianças e adolescentes, como situações em que crianças precisam assumir o cuidado de outras crianças da família (em razão da necessidade de trabalho dos responsáveis, geralmente em contextos de família monoparental), a violência estatal e disputas pelo território (que intensificam a insegurança no cotidiano), além da moralidade conservadora e a dificuldade de expressão das crianças e adolescentes a partir de seus modos de fazer, ser e estar no mundo.



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
COMPLEXO DA SERRINHA,
MADUREIRA, RIO DE JANEIRO



Visita da Unidade Básica de Saúde (UBS), que atende o território e pretende criar vínculo institucional com a Escola do Jongo da Serrinha para fomentar a vacinação e atividades na promoção de saúde.

A Escola do Jongo da Serrinha potencializa a realização de atividades desportiva, culturais e de lazer, além de promover espaços onde crianças e adolescentes possam partilhar vivências, desejos e realizações. Suas ações incluem a oferta de refeições, o fortalecimento de vínculos e o estímulo à construção de relações de confiança com as infâncias e juventudes. Destacam-se ainda projetos de educação continuada voltados à atenção aos diagnósticos em saúde mental, destinados a profissionais que atuam com crianças e adolescentes, e de fortalecimento de discussões sobre os temas que permeiam o cotidiano desse território, tais como saneamento básico, narcopentecostalismo e violência estatal.

São aliados à realização da ação territorial os mestres populares do território (jongueiros), os responsáveis das crianças e adolescentes e a comunidade, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) – por meio dos cursos de Antropologia Social, Musicoterapia, Teoria da Dança, Licenciatura em Dança e Conservação e Restauração –, além de parcerias com parlamentares para captação de recursos, a Clínica da Família e o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi).

Por outro lado, conformam-se como adversários à atuação o próprio Estado, cuja presença no território se dá, muitas vezes, de forma truculenta nas ações policiais; os grupos narcopentecostalistas, que promovem o apagamento das intervenções artísticas e culturais que mantêm vivas as memórias dos mestres e mestras do território, o racismo religioso e o preconceito cultural, além do processo de cristianização forçada do território e a proibição da entrada de agentes censitários, o que inviabiliza a obtenção de dados precisos sobre a realidade local.

A atuação da Escola do Jongo da Serrinha se articula em rede com os equipamentos de saúde voltados a crianças e adolescentes (CAPSi), os equipamentos da Assistência Social (CRAS) e outras estruturas vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Nesse caminho de defesa dos Direitos Humanos, a busca pela ampliação da diversidade de profissionais (por meio de uma equipe multidisciplinar) é uma medida necessária para fortalecer a luta.



RELAÇÕES DE GÊNERO E POPULAÇÕES LGBTQIA+



Nesta agenda, o grupo de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos atua no acolhimento de pessoas LGBTQIA+ e no fortalecimento e transformação social e econômica de mulheres, com foco em mulheres negras e indígenas. As ações desenvolvidas, buscam fortalecer o pertencimento e a articulação coletiva de pessoas migrantes e refugiadas LGBTQIA+, enfrentando as violências do nacionalismo, racismo e xenofobia. Ainda nesta agenda, é possível acompanhar ações de luta pelos direitos de mulheres egressas do sistema prisional, bem como iniciativas voltadas à garantia do direito à saúde, à moradia e à alimentação digna para mulheres negras.

Cabe destacar que na América Latina, onde as experiências dissidentes de sexualidade e gênero se entrelaçam com histórias de colonialismo, racismo e desigualdade social, a sigla LGBTQIA+ representa um avanço significativo, embora ainda insuficiente. Os rótulos que compõem essa nomenclatura nem sempre dão conta da pluralidade de corpos, identidades e expressões que escapam às normativas ocidentais. É necessário reconhecer e valorizar as vivências que transbordam essas categorias, especialmente aquelas enraizadas em saberes populares, indígenas, afrodescendentes e periféricos.

**EGBÉ ASÉ
SANGO OLUKOSO
LALU**

LUIZ CARLOS **[SANGODOLÁ] ELE/DELE**

Luiz Carlos atua como líder religioso no Egbé Asé Sango Olukoso Lulu em Saracuruna - Duque de Caxias/RJ, região marcada pela violência territorial, intolerância e racismo religioso. Sua agenda enquanto Defensor de Direitos Humanos se articula especialmente no acolhimento da população LGBTQIA+, com ênfase em pessoas Trans e Travestis.

A atuação do Egbé Asé Sango Olukoso Lulu fortalece o território por meio do acolhimento espiritual e psicológico, da distribuição de cestas básicas, e da valorização dos saberes e culturas de matriz africana, promovendo palestras, rodas de conversa e da elaboração de cartilhas sobre as relações de gênero e o acolhimento de pessoas Trans. Como aliados nessa trajetória reconhece a Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Casa Comum e o Coletivo Elas por Elas do Morro da Providência.



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
SARACURUNA, DUQUE DE
CAXIAS/RJ

Em um contexto de ausência de políticas públicas de segurança, cultura e educação, o avanço do domínio territorial de grupos armados e o crescimento da influência do neopentecostalismo se configuram como os principais adversários do Egbé Asé Sango Olukoso Lalu e da atuação do Defensor de Direitos Humanos. Além disso, o desconhecimento da própria cultura e os frágeis vínculos de pertencimento no território dificultam e ameaçam o desenvolvimento pleno do coletivo.

Diante de tantos desafios, fortalecer a atuação do Asé passa pela articulação com outros terreiros e lideranças religiosas do território, bem como pela formação de parcerias com grupos que compartilham agendas de luta semelhantes. E como rede construída, destaca-se a Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do Rio de Janeiro, que enriquece o processo de troca de experiências na caminhada pela defesa dos Direitos Humanos e acolhimento das populações LGBTQIA+.

Atuação religiosa do coletivo com os membros em nossas rodas de conversas e planejamentos das ações sociais nos festejos anuais.



COLETIVO DE MULHERES
INDEPENDENTES DA
PROVIDÊNCIA (MIP)

MARIA APARECIDA

[CIDA] ELA/DELA

Cida se identifica como uma mulher indígena e está em processo de reconhecimento de sua ancestralidade. Atua no Morro da Providência e Região Central do Rio de Janeiro como integrante do Coletivo de Mulheres Independentes da Providência (MIP), situado na Casa Amarela. Desde 2019, o Coletivo MIP tem como objetivo a transformação social e econômica das mulheres do território. Essa atuação se realiza através de programas de alfabetização, profissionalização, mobilização territorial, formação política pautada no pertencimento territorial, nos debates étnicos-raciais e no fortalecimento da participação de mulheres negras e indígenas em espaços de decisão.

As principais problemáticas enfrentadas no território são: a falta de mobilidade e acessibilidade para pessoas que moram nos pontos mais altos do Morro da Providência, a falta de água, ausência de coleta de lixo e o racismo ambiental. Diante desse cenário, o que motiva a sua atuação é a possibilidade de construção de uma rede para viabilizar o acesso a direitos, historicamente negados à população local. Um fator que contribui para o fortalecimento dessa atuação é a parceria estabelecida entre os coletivos do território, na medida em que coletivos e organizações mais consolidadas acolhem e apoiam outras que ainda não possuem estrutura física própria.



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
MORRO DA PROVIDÊNCIA,
RIO DE JANEIRO

Entre as redes e alianças criadas, destacam-se: Instituto Ayó, Casa Amarela, Galeria Providência e Axé Odará. Além disso, a Comissão de Defesa de Direitos da Mulher (ALERJ), Casa da Mulher – Maré, o Centro de Acolhimento Morro da Providência (CAMP) e a Rede de Defensores de Direitos Humanos no Estado do Rio de Janeiro também estão presentes.

As dificuldades para atuação, encontram-se na baixa compreensão, por parte de alguns moradores da importância das assembleias e reuniões, essenciais para coleta de dados que orientam a atuação do Coletivo; as dificuldades na construção de vínculos de pertencimento com o território e as marcas profundas do machismo e do racismo são os maiores adversários à atuação do MIP. Contra isso, a sensibilização do território, as pautas antirracistas, a realização de parcerias que viabilizem atividades de lazer, a ampliação da articulação com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as Clínicas da Família são medida de estreitamento de vínculo com moradores, fundamentais para criar coletivamente estratégias de enfrentamento aos desafios territoriais existentes.

A photograph showing two women sitting on yellow stools in a room. The woman on the left is wearing a green dress and glasses, and the woman on the right is wearing a white shirt and a white headwrap. They are both looking towards the left. In the background, there is a wooden piano, a bookshelf, and a red banner. A purple text box is overlaid on the bottom left of the image.

Lançamento do livro “Mulher Pretas de Fé” e Mediação da Roda de Conversa com as autoras, realizada na Casa Amarela - Morro da Providência.

COLETIVO MAGDAS
MIGRAM (TEATRO
DAS OPRIMIDAS)

FRAN AREIE

ELE/DELE

Fran Areie é uma pessoa trans não-binária, migrante e atuante na Coletiva Territórios Fluídos, Coletivo Magdas Migram (Teatro das Oprimidas) e na Organização LGBT+Movimento, situadas no Centro da cidade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/RJ, região atravessada por intensas violações de direitos básicos. A participação nessas coletividades fortalece espaços de pertencimento para pessoas migrantes e refugiadas, a partir de uma perspectiva crítica aos nacionalismos, ao racismo, à xenofobia e ao ódio contra dissidências sexuais, com foco na construção de redes de afeto e na articulação coletiva. O Coletivo Magdas Migram propõe um debate político através do teatro, situado na experiência de pessoas migrantes provenientes da América Latina. Essa atuação fortalece, integralmente, o direito à cidade, o acesso à cultura, a construção de saúde coletiva, a valorização das memórias trans migrantes e a articulação com outros movimentos sociais.



Apresentação da peça de teatro fórum “Brasil, país acolhedor”, no encerramento da jornada de saúde “Bem-Viver em Trânsito”, organizada pela LGBT+Movimento e realizada no Centro de Teatro do Oprimido.



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
CENTRO, RIO DE JANEIRO

Como aliados às ações em defesa de direitos, encontram-se o Aquatrans, projeto de esporte e saúde para pessoas trans no Rio de Janeiro, e a Rede MILBI+, primeira organização autônoma de pessoas migrantes lésbicas, bissexuais e trans de São Paulo. Já como adversários, têm-se, principalmente, o Estado, por não garantir o acesso a direitos básicos e manter estruturas nacionalistas e xenófobas, como as polícias e guardas armadas, ministérios, congresso, a própria política internacional colonialista, assim como as Universidades e seus processos de extrativismo epistêmico. Nos territórios, a presença e violência de grupos armados representam riscos concretos para o desenvolvimento das atividades, além de provocarem o deslocamento forçado de pessoas migrantes dos territórios, geralmente periferias e favelas.

A marginalização das vidas das pessoas migrantes e daquelas que experienciam as dissidências sexuais se expressa em obstáculos materiais e simbólicos, como a escassez de debate público sobre migração, as violações de direitos, os crimes de ódio e a ausência de políticas públicas que efetivamente cuidem dessas populações. Neste cenário, ações de financiamento que valorizem a cultura de pessoas migrantes e a luta contra a xenofobia, se colocam como caminhos potentes para o fortalecimento dessas iniciativas.

Quanto às redes construídas a partir das iniciativas, encontram-se o Movimento de Pessoas Migrantes e Refugiadas do Rio de Janeiro, as Aldeias Infantis, o Abraço Cultural, a Casa Miga, a Casinha, o Haiti Aqui, o Grupo Arco-íris, o Grupo Pela Vidda, o Espaço Normal, o Coletivo Elas por Elas do Morro da Providência, a Rede de Defensores de Direitos Humanos e o Centro de Teatro do Oprimido (junto com seus coletivos internos, como Madalena Anastacia). Essas articulações são importantes para a continuação da defesa e visibilidade da pauta de pessoas migrantes e refugiadas LGBTQIA+, com foco na luta contra o racismo, a xenofobia e a LGBTQIA+fobia, através da criação de redes de afeto, resgate de memórias, educação popular e do Teatro do Oprimido.

COLETIVO
TODXS UNIDXS

PENHA XAVIER

ELA/DELA

Penha Xavier atua no Coletivo Todxs Unidxs, na Zona Oeste - Rio de Janeiro/RJ, desde 2024, está engajada na luta pela promoção da saúde de mulheres negras. A LGBTQIA+fobia e outras violências, as desigualdades, a fome e a falta de acesso à saúde refletem os desafios enfrentados diariamente no território. Desde 2018, a atuação do Coletivo fortalece a luta por direitos das mulheres egressas do sistema prisional, o acesso à saúde, moradia e alimentação digna.

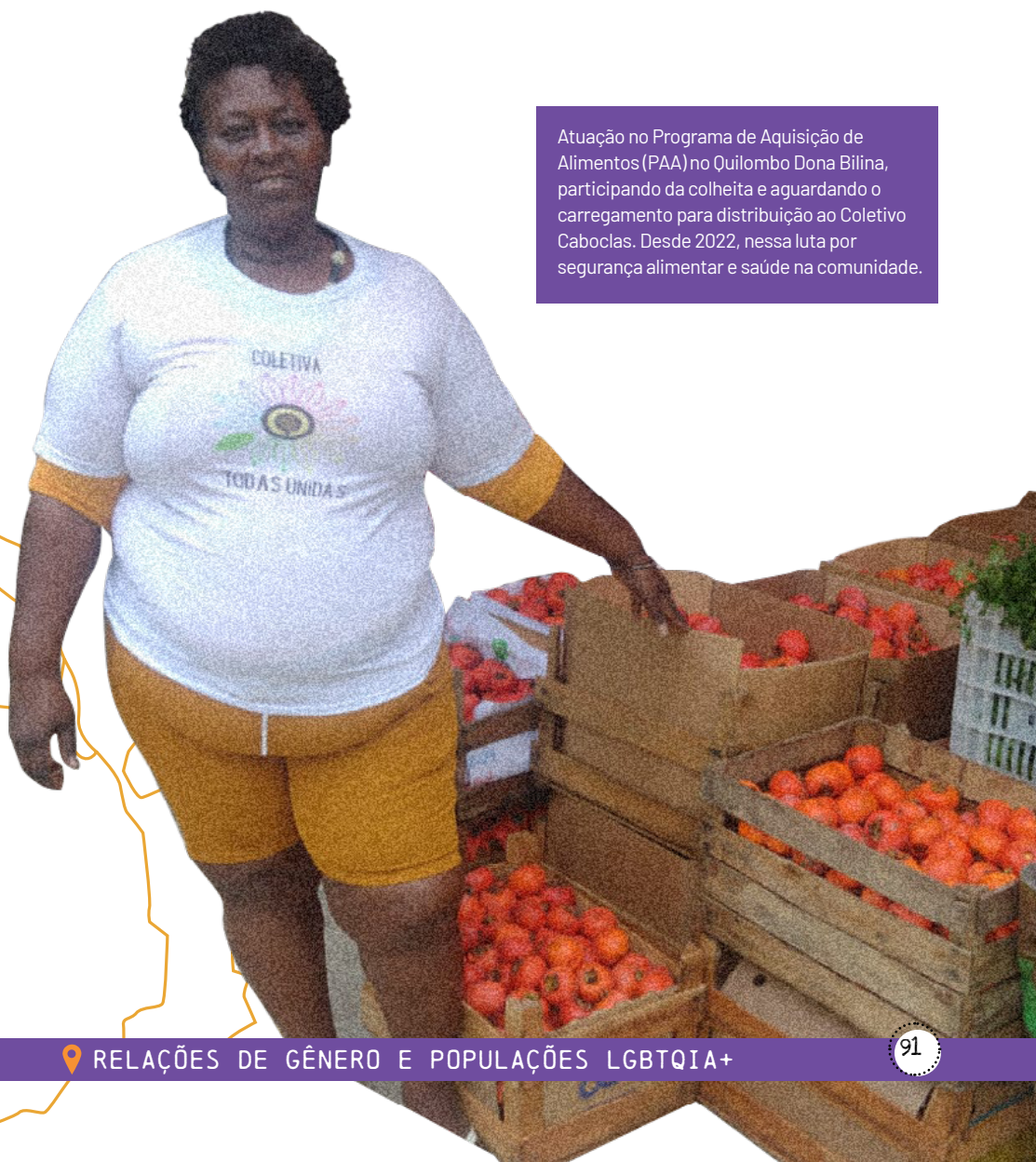
Entre os aliados e redes construídas, destacam-se a Associação dos Moradores da Estrada do Campinho, equipamentos públicos (como Clínica da Família e Centro de Referência de Assistência Social - CRAS), a ONG Criola, o Transverso, o Quilombo Dona Bilina, o Instituto Josefina, a Agenda Feminista, o Instituto Cinco Pães e Dois Peixinhos e a Teia de Solidariedade da Zona Oeste.

TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
ZONA OESTE,
RIO DE JANEIRO



Entre os principais adversários da atuação estão o Estado, o machismo e o racismo. As dificuldades de mobilidade urbana, somadas aos problemas de um território com presença de grupos armados, também representam ameaças à atuação em defesa dos direitos das mulheres. Por outro lado, o apoio financeiro para execução das atividades surge como uma necessidade constante para o fortalecimento e continuidade das ações do coletivo.

Atuação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Quilombo Dona Bilina, participando da colheita e aguardando o carregamento para distribuição ao Coletivo Caboclas. Desde 2022, nessa luta por segurança alimentar e saúde na comunidade.





MORADIA

Para concluir a apresentação deste grupo de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, esta seção destaca a luta por moradia digna no bairro da Gamboa, na zona central do Rio de Janeiro/RJ. A atuação se ancora na defesa do direito à cidade e na construção de territórios sustentáveis e inclusivos, onde todas as pessoas tenham acesso não apenas à moradia digna, mas também aos demais direitos fundamentais.

**QUILOMBO DA
GAMBOA**

LEONA MERCÊS

ELA/DELA

Leona Mercês é educadora, articuladora e comunicadora social. Formada em Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, atua em hortas urbanas e sistemas de produção de baixo impacto ambiental e econômico. Atua no Quilombo da Gamboa, e integra o S.O.S Providência e a Central de Movimentos Populares (CMP).

Na Gamboa/RJ, suas ações consistem em fortalecer a coletividade, promover arte-educação e o desenvolvimento de hortas urbanas, como forma de sensibilização sobre a importância da alimentação livre de venenos.

Na luta por moradia e na defesa do direito à permanência nos territórios, destacam-se ações como a distribuição de cestas básicas, o apoio ao pré-vestibular comunitário e o desenvolvimento de Cozinha Solidária junto a Movimentos Sociais. A atuação na agenda de moradia digna está diretamente conectada à luta por direitos das trabalhadoras e trabalhadores informais.



TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
QUILOMBO DA GAMBOA,
GAMBOA, RIO DE JANEIRO

Como principais adversários, a especulação imobiliária que impacta negativamente a continuidade das ações, ameaçando e inviabilizando a realização de atividades e a implementação de projetos nos territórios. Nesse contexto, as parcerias e o trabalho em rede com outros projetos são fundamentais para o fortalecimento das ações.

A atuação da Defensora de Direitos Humanos constrói rede com a Cozinha Solidária do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Coletivo Elas Por Elas do Morro da Providência e a ONG FASE, através de projetos como o “Construindo Territórios Saudáveis” (apoiado pelo Plano Integrado de Saúde nas Favelas do Rio de Janeiro - Fiocruz). Se articula também com o Movimento dos Trabalhadores Sem Direito, a Ocupação Povo Maravilha, a Vila Portuária e os territórios da Providência, Caju, Maracanã, Belford Roxo/RJ e Maricá/RJ.

Mutirão agroecológico na hora do Quilombo do Salgueiro.



POSSIBILIDADES DE TRABALHO EM REDE ENTRE DEFENSORES

AGATHA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Realização de rodas de conversa e assistência para pessoas trans e travestis que trabalham na informalidade como camelôs;

FRAN

Aproximação com o Grupo Pela Vidda, reforçando a importância da representação transmasculina no trabalho que tem sido desenvolvido;

JÚLIO

Parceria para assistência e suporte, com doação de alimentos para pessoas trans e travestis em situação de vulnerabilidade;

LUIZ

Desenvolvimento de um trabalho de assistência espiritual para pessoas Trans e Travestis;

MARILENA

Desenvolvimento de um projeto chamado “Espelho meu”, refletindo sobre transexualidade dentro e fora do sistema socioeducativo.

ARTUR, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

CAROL PROVIDÊNCIA E LEONA

Troca sobre direito à moradia, Regularização Fundiária Urbana e uso do espaço público.

GARRY

Desenvolvimento de atividades, troca de estratégias e ações que fomentem a circulação de informações sobre políticas públicas, direitos básicos e ocupação da Cidade. Juntos podemos trocar sobre como é estar no serviço público e também na comunidade e, assim, encontrar formas de furar o sistema público e aproximar ele das pessoas, fomentando a Participação Popular e a Gestão Participativa nos campos da Saúde, Cultura e Educação;

GILZA

Troca de informações e experiências sobre geração de trabalho e renda e experiências em atividades de Economia Solidária em feiras, congressos e consultoria;

JULIANA

Realização de atividades em parceria nos temas da insegurança alimentar e da agroecologia, que são assuntos em comum entre nossos projetos; Acredito que podemos trocar bastante sobre hortas urbanas, alimentação e certificações de quintais produtivos;

LUIZ

Promoção de bons encontros para dialogar sobre como produzir memórias (e cuidar delas no momento presente) e como lidar com todes, nas mais diversas coletividades, a partir de uma prática das mais antigas: acendendo fogueiras - uma ferramenta de acesso a essas memórias - uma prática ancestral ligada a saúde e a tecnologia;

VANDA¹

Parceria para troca de experiências sobre o dispositivo do Centro de Cultura e Convivência e sua atuação na construção e manutenção de redes, usando o espaço como propulsor de propostas de arte, cultura e defesa dos direitos de populações periféricas e em vulnerabilidade, seja em saúde mental ou física;

A partir também da relação com a SACI existe a oportunidade de trabalhos e trocas em consultoria, escrita e implementação de projetos com foco na comunidade e ações com soluções que levem em conta a natureza;

Com o projeto “Favelaponics”, que constrói hortas em centros urbanos com a tecnologia da aquaponia, levando hortaliças e criação de Tilápias para pequenos quintais. Além da construção de mini-hortas urbanas, com plantas medicinais, de banho e de alimentação;

Como a SACI participa da Construção Coletiva IACARÉ, que fomenta a busca de financiamento e políticas públicas para grupos de arte e educação, acredito que temos muito a trocar também sobre estratégias de mobilização e formação coletiva.

- 1 Elivanda Canuto de Sousa - Vanda é coordenadora do Espaço Normal, iniciativa de referência na defesa da saúde integrada da população em situação de rua e usuários de álcool e outras drogas, localizado na Maré - Rio de Janeiro/RJ. Em 2024, integrou a 2ª Turma da Rede de Defensores de Direitos Humanos e, nesta 3ª Turma, atuou como monitora, fazendo parte da equipe técnica do projeto



**CAROL DA
PROVIDÊNCIA,
SE VÊ
FAZENDO
CONEXÕES
COM:**

DANNY

Desenvolvimento de iniciativas de Educação Popular, com possibilidade de criação de pré-vestibulares voltados para mulheres camelôs;

FERNANDA

Ações já em andamento de apoio ao trabalho de mulheres negras e na construção da conferência das mulheres camelôs;

FRAN

Realização de oficinas de cultura circense, fortalecendo o encontro entre as mulheres do Elas por Elas Providência e os imigrantes ambulantes LGBTQIA+, unindo arte, resistência e cuidado. Juntos, vamos transformar a rua em palco de denúncia, afeto e visibilidade;

GARRY

Parceria na luta pelos direitos das pessoas imigrantes, que em sua maioria sobrevivem como trabalhadoras e trabalhadores ambulantes - sem acesso a políticas públicas, moradia digna ou regularização;

GILZA

Apoio às mulheres camelôs, conseguindo boas oportunidades para as mulheres que trabalham na rua, principalmente com as feiras de Economia Solidária;

LUIZ

Parceria na luta pela liberdade religiosa e o respeito às práticas de fé de todas as comunidades, especialmente das religiões de matriz africana e periféricas. Essa parceria pode transformar a Providência em um território onde a fé, o trabalho das mulheres ambulantes e a cultura popular caminham juntas, criando proteção, visibilidade e respeito;

JÚLIO

Projeto em andamento com diversas atividades de apoio ao Elas por Elas da Providência;

PENHA

Acolhimento às mulheres negras que saíram do cárcere, que enfrentam o abandono, a falta de oportunidade e a precarização. Muitas acabam no trabalho ambulante, sem direitos, exploradas - invisíveis.

CAROL LINDA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Parceria para fazer passeios com as crianças do "Kilombos Literários" e trocar experiências entre os coletivos que ambas atuam;

DANNY

Trocar experiências sobre educação popular e literatura antirracista;

FRAN

Fazer uma oficina sobre teatro para crianças do projeto "Kilombos Literários";

MARILENA

Fazer um trabalho com a Literatura Afro com os assistidos pelo projeto "Ler, Viver e Existir";

NYL

Parceria para falar sobre a cultura hip-hop nas atividades do projeto "Kilombos Literários".



CÁTIA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

FRAN

Parceria para levar o Fran no projeto em Jardim Gramacho para fazer palestras, dar orientações e tirar dúvidas em relação às temáticas da migração e LGBTQIA+;

GILZA

Realização de encontros entre nossos projetos para trabalhar o resgate da autonomia e da autoestima das mulheres negras e desenvolver oficinas de reciclagem;

JULIANA

Realização de oficinas sobre organização de hortas com plantas medicinais;

NVL

Realização de oficinas de música com as crianças e adolescentes do projeto em Jardim Gramacho;

RENATA

Realização de atividades contra a violência do Estado e Municípios, especialmente no território da Baixada Fluminense/RJ.



CIDA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

ARTUR

Participação em programas e atividades que ele desenvolve na temática da população indígena, além de atividades voltadas para cultivo de hortas comunitárias e ervas medicinais em territórios periféricos;

LUIZ

Realização de atividades relacionadas ao axé, à sustentabilidade e ao cultivo de ervas medicinais;

JULIANA

Realização de oficinas junto a mulheres do território sobre o cultivo de ervas sem agrotóxicos, para utilização na confecção de extratos e medicamentos caseiros;

JÚLIO

Organização de reuniões com mulheres, propondo debates antirracistas e contra o racismo religioso, fazendo uma troca com as mulheres do Axé Odara;

NYL

A música e a dança transformam vidas. Nesse sentido, uma oficina com ele no meu território seria um resgate e também uma opção da comunidade expressar sentimentos que às vezes não vêm em uma roda de conversa.

PENHA

Promoção de atividades para que ela partilhe a sua história com as mulheres dos projetos que acompanho, especialmente junto ao Axé Odara;

RENATA

Realização de atividades para partilha de experiência com outras mães do meu território que também perderam seus filhos para a violência, mostrando que existe uma nova maneira de viver, com luta e perseverança.

DANNY, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

ÁGATHA

Realização de rodas de conversa no pré-vestibular, abordando cotas trans, acesso e permanência no ensino superior, além de trazer sua história e militância para fortalecer o debate sobre saúde, direitos e inclusão;

ARTUR

Desenvolvimento de ações de saúde mental com jovens que estão desistindo de estudar;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Parceria para levar para o território da Carol informações sobre acesso e permanência de pessoas negras nas universidades;

CAROL LINDA

Realização de oficinas com as crianças do Morro do Borel sobre a história que não é contada sobre a África;

FERNANDA

Realização de ações conjuntas para aprofundar o debate antirracista, aproveitando sua experiência na Marcha das Mulheres Negras;

LEONA

Criação de um pré-vestibular no território da Leona, além de atividades falando sobre a Educação Popular e acesso ao nível superior;

LUIZ

Realização de rodas de conversa para troca de ideias que relacionem a educação com os saberes dos terreiros;

MARILENA

Parceria para colaborar com o projeto “Ler, Viver e Existir”, levando ao DEGASE alguns debates sobre acesso e permanência no ensino superior;

PABLO

Atividades que reforcem a importância da música na construção da educação popular;

PENHA

Fortalecimento da participação da Penha, trazendo sua vivência como mulher egressa do cárcere para ampliar as reflexões dos alunos dos pré-vestibulares.

FERNANDA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

ARTUR

Desenvolvimento de parceria para levar atendimento psicossocial às ações sociais das comunidades;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Apoio à realização da Conferência das Mulheres Camelôs, além da articulação de projetos com crianças e mulheres;

DANI

Parceria com o pré-vestibular Margarida Alves para auxiliar as jovens do seu território no acesso à universidade;

FRAN, GARRY E NYL

Articulação para desenvolvimento de projetos culturais;

JÚLIO

Articulação para desenvolvimento de projetos de escrita para editais, estágios culturais, cozinhas solidárias, distribuição de absorventes, entre outros;

GILZA

Desenvolvimento de projetos para editais de financiamento visando a ampliação da Economia Solidária dentro do seu território;

PABLO

Desenvolvimento de atividades junto a movimentos culturais dentro do seu território, com foco em crianças.

FRAN, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

AGATHA

Realização atividades comunitárias sobre Memórias Trans, através da articulação com o Grupo Pela Vidda, além de iniciativas de orientação sobre serviços e espaços de acolhimento da comunidade trans migrante;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Participação nas atividades do Coletivo Elas por Elas Providência e articulação deste coletivo com migrantes que trabalham como camelôs;

GARRY

Parceria para articulação junto aos migrantes LGBTQIA+ que residem em Maricá e articulação da população migrante de Maricá com outra organização migrante que faz acompanhamento em casos de aborto;

LEONA

Realização de oficina sobre luta pela moradia, dirigida a pessoas migrantes LGBTQIA+;

MARILENA

Realização de oficinas de Teatro do Oprimido junto a adolescentes em medidas socioeducativas, em parceria com o projeto “Ler Viver e Existir”;

NYL

Promoção de encontros/reuniões para troca de saberes e informações, articulando as áreas artísticas do teatro e do rap/hip hop;

VANDA

Realização semanal de oficinas do teatro do oprimido no Espaço Normal, além de rodas de conversa e orientações sobre redução de danos.

GARRY, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

ARTUR

Realização de palestras sobre a fogueira e a criação das coisas, pensando também na importância da espiritualidade;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Promoção de roda de conversa sobre os direitos de camelôs migrantes, para que haja acesso a informações e redes de apoio;

CAROL LINDA

Realização de roda de conversa sobre migração com as crianças do Morro do Borel;

FERNANDA

Ações contínuas entre seus coletivos para engajar a luta pelos direitos da população negra, como conversas e palestras;

FRAN

Ações contínuas pensando no fortalecimento de pessoas migrantes, como palestras, rodas de conversa e Teatro do Oprimido sobre temáticas LGBTQIA+;

JÚLIO

Realização de roda de conversa sobre equidade e religiosidade, para fazer um intercâmbio entre religiões;

MARILENA

Exibição do documentário sobre os migrantes com as crianças e adolescentes do “Ler, Viver e Existir”;

PABLO

Realização de oficina de jongo com os coletivos e conversa sobre a importância da cultura artística.



GILZA, SE VÊ FAZENDO PARCERIAS COM:

AGATHA

Parceria para que ela traga suas informações e conhecimentos para dentro da rede de Economia Solidária, contribuindo para ampliar a consciência coletiva e romper com o preconceito. Um caminho de sensibilização, acolhimento e transformação dentro do nosso espaço.

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Parceria para articulação de camelôs em sua região e troca de informações e experiências com os profissionais da Economia Solidária;

JÚLIO

Parceria para oferecer cursos de formação em Economia Solidária e na área do artesanato, reunindo o grupo com o qual ele já atua (especialmente as pessoas LGBTQIA+), visando a geração de trabalho e renda para essas pessoas;

MARILENA

Apresentação do documentário da Economia Solidária no projeto “Ler, Viver e Existir”;

NYL

Desenvolvimento de atividades culturais nos eventos da Economia Solidária;

PENHA

Realização de rodas de conversa sobre a saúde da mulher negra;

RENATA

Parcerias para falar sobre a saúde da mulher negra em reuniões, que irão acontecer nos municípios de Japeri e Queimados.

**JULIANA,
SE VÊ
FAZENDO
CONEXÕES
COM:**

ARTUR E LUIZ

Realização de roda de conversa sobre educação e o cuidado com a terra, pensando também na ancestralidade como ferramenta de luta;

GILZA

Organização de roda de conversa sobre economia criativa para pensar a autonomia e independência de mulheres do campo;

MARILENA

Realização de roda de conversa com a juventude sobre a importância da educação, explicando para os jovens da roça a dificuldade que passam os jovens em privação de liberdade;

PABLO

Promoção de roda de conversa com a juventude, usando a musicoterapia como ferramenta;

PENHA

Realização de rodas de conversa sobre o fortalecimento da articulação entre mulheres.



JÚLIO, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

AGATHA

Parceria para construção de projetos que mitiguem a desigualdade vivida pela população trans, sobretudo nos campos do trabalho digno, renda e acesso à saúde;

ARTUR E LUIZ CARLOS

Desenvolvimento de atividades e caminhos pelo eixo da espiritualidade e da cura. Construir encontros e tecnologias voltados para pessoas vitimadas pelo racismo religioso, orientação sexual e outras violências;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Construção e desenvolvimento de projetos voltados para crianças, mulheres, profissionais liberais e jovens, sobretudo nos campos da qualificação profissional, arte, cultura, gastronomia e defesa de direitos;

FERNANDA

Desenvolvimento de projetos voltados para mulheres negras em territórios de favela e periferia, com perspectiva de autonomia financeira e geração de renda. Tais como consultorias e feiras voltadas para empreendedoras, assessoria jurídica e formação básica em culinária e costura;

FRAN

Desenvolvimento de projetos de arte e cultura voltados para população LGBTQIA+, trabalhando o desenvolvimento artístico e a autoestima dessa população, bem como abrindo caminhos para sua autonomia financeira e emocional;

GILZA

Construção das redes de economia solidária com as mulheres da comunidade e desenvolvimento de uma cultura de solidariedade e cooperação entre elas;

MARILENA

Desenvolvimento de projetos no CRIAAD/SG, voltados para os internos da instituição e suas famílias;

NYL

Promoção de oficinas de hip hop com os jovens do território para atrair e desenvolver talentos, fomentando neles a importância e possibilidade de construir um caminho de autonomia através da música e da arte;

PABLO

Desenvolvimento de projetos voltados para crianças nas comunidades de favela, para que acessem, através da música e da arte, sua ancestralidade e cura emocional. Confrontar a ideia plantada nas crianças de favela, de que elas não têm talento e criatividade e, assim, abrir caminhos para que elas se desenvolvam como pessoas de direito;

VANDA

Construção de projeto para troca de tecnologias de cuidado das pessoas em situação de rua e usuárias de álcool e outras drogas no seu território.

LEONA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

AGATHA E PENHA

Realização de cirandas para resgate da feminilidade das mulheres e fortalecimento das lutas a partir da escuta de suas histórias e vivências

ARTUR

Realização de atividades ligadas à ancestralidade para passar o conhecimento através de contação de histórias;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Articulação de atividades sobre juventude, levando os filhos dos camelôs para integrar algum coletivo;

GILZA

Participação nas atividades da rede de Economia Solidária;

JULIANA

Parceria para difusão de informações sobre agroecologia, cultivo de plantas e alimentação saudável;

JÚLIO E LUIZ

Trabalhar a ancestralidade e o sagrado das religiões através de encontros sobre a importância desses cultos para pessoas que costumam ter o acesso negligenciado;

NYL

Realizar encontros, rodas de conversas e rodas de rimas.

LUIZ CARLOS, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

AGATHA

Apoio na luta pelos direitos das pessoas LGBTQIA+, alinhando ao trabalho que já desenvolve de acolhimento às pessoas Trans e ao povo preto;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Parceria para levar seu trabalho como educador ao projeto Elas por Elas;

CAROL LINDA

Parceria para ajudar na coordenação do projeto com as crianças e com leituras coletivas;

CIDA

Desenvolvimento de um curso sobre conhecimento de ervas sagradas;

DANI

Apoio ao pré vestibular, com meu conhecimento de coordenação pedagógica e profissional da educação;

JULIANA

Fazer vivências nos territórios, aprender sobre cozinha solidária e desenvolver um projeto que englobe alfabetização de adultos e reforço escolar para crianças e adolescentes;

JÚLIO

Parceria para realização de ações conjuntas de combate ao racismo religioso nos territórios de ambos;

MARILENA

Realização de atividades educativas com os jovens e adolescentes do projeto Ler, Viver e Existir”;

VANDA

Participação em atividades do Espaço Normal, fazendo uma reconexão com a Maré, meu território de nascimento.

MARILENA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

AGATHA

Realização de rodas de conversa na unidade feminina do DEGASE sobre diversidade, aceitação e autoestima;

CAROL LINDA

Realização de atividades de Literatura Afro-Brasileira junto aos assistidos pelo projeto “Ler, Viver e Existir”;

GARRY

Iniciativas conjuntas para levar conhecimento aos jovens do projeto “Ler, Viver e Existir”, especialmente nos temas do racismo, tolerância, acolhimento e respeito às pessoas estrangeiras;

DANI

Ações de incentivo à educação dos adolescentes que não têm a perspectiva de entrar em uma faculdade, em especial junto aos que estão no DEGASE e no projeto na Praça Seca;

FRAN

Realização de oficinas na unidade feminina do DEGASE sobre temas relacionados a autoestima, aceitação, diversidade;

JÚLIO

Realização de atividades sobre diversidade religiosa com jovens do DEGASE que têm uma compreensão muito difícil sobre religião. Eles trazem de suas vivências de fora do sistema, mas muitos não podem expressar a sua religião lá dentro, principalmente os de religião de matriz africana;

NYL

Realização de oficinas de rap nas unidades do DEGASE, para motivar os adolescentes a buscar caminho através da cultura.

NYL, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

ARTUR

Auxílio à Associação Coletiva Resistência Cultural com realização de projetos na Zona Oeste;

CAROL LINDA

Realização de oficinas de rap com as crianças do projeto “Kilombo Literário”;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Indicação de artistas mulheres do rap para participar do festival Elas por Elas e futuras atividades do coletivo;

FERNANDA

Elaborações de projetos para submeter em editais, que possam gerar conexões entre a região da zona norte do Rio e Niterói a partir da cultura hip hop;

LEONA

Realização de atividades culturais nas ocupações;

MARILENA

Realização de oficina de rap com os adolescentes da unidade Centro de Socioeducação Canárias João Luiz Alves (CENSE JLA)/DEGASE.

PABLO, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Parceria para realização de projetos com as mulheres do Coletivo Elas por Elas;

GILZA

Realização de uma formação junto a mães e responsáveis por crianças que estejam em situação de vulnerabilidade social e desenvolvem atividades de economia solidária;

JÚLIO

Promoção de atividades com crianças do município de São Gonçalo;

NYL

Desenvolvimento de atividades com jovens através do rap/trap.

PENHA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

DANNY

A educação é transformadora. Podemos fazer uma parceria para ampliar o acesso à educação para mulheres que passaram pelo cárcere;

JÚLIO

Parceria para formação de redes inter-religiosas para o desenvolvimento do território;

GILZA

Articulação para orientação de mulheres para atuar com economia solidária;

LUIZ

Realização de ações de combate ao racismo religioso e racismo estrutural.

RENATA, SE VÊ FAZENDO CONEXÕES COM:

AGATHA

Realização de atividades para aprender sobre os direitos da população LGBTQIA+;

CAROL DA PROVIDÊNCIA

Parceria com o coletivo Elas por Elas para ajudar na articulação das camelôs do meu território em busca de mais autonomia;

CAROL LINDA

Organização de atividades educativas com as crianças do meu território;

CÁTIA

Parceria para apoiar os trabalhos com as crianças da CHEIFA;

FRAN

Realização de atividades para aprender sobre os direitos da população LGBTQIA+ e da população migrante;

GILZA

Realização de atividades de Economia Solidária e em defesa da saúde da mulher negra;

MARILENA

Realização de roda de conversa com adolescentes do meu território sobre perspectivas de futuro digno.

REALIZAÇÃO

